

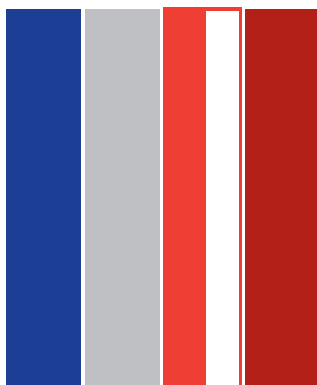
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
RAMO ESTUDOS DE MÉDIA E JORNALISMO

# A Reportagem no Jornal de Notícias

## Ana Rita Santos Cruz

# M

2018



**Ana Rita Santos Cruz**

**A Reportagem no Jornal de Notícias**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação, orientada pelo  
Professor Doutor Helder Manuel Ferreira Bastos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Junho de 2018



# A Reportagem no Jornal de Notícias

Ana Rita Santos Cruz

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação, orientada pelo  
Professor Doutor Helder Manuel Ferreira Bastos

## Membros do Júri

Professora Doutora Helena Laura Dias de Lima  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Paulo Frias da Costa  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Helder Manuel Ferreira Bastos  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 19 valores



## Sumário

Declaração de honra.....	7
Resumo .....	8
Abstract.....	9
Introdução .....	11
1. Resumo do estágio.....	12
2. Estudo de caso .....	15
2.1. Apresentação do tema .....	15
2.2. Revisão da literatura .....	17
2.2.1. Reportagem: uma tentativa de definição .....	17
2.2.2. Funções da reportagem.....	24
2.3. Metodologia .....	25
2.3.1. Análise quantitativa da produção de reportagens.....	26
2.3.2. Inquérito por questionário aos jornalistas do JN.....	30
2.4. Apresentação dos resultados .....	30
2.4.1. Análise quantitativa da produção de reportagens.....	30
2.4.2. Inquérito por questionário aos jornalistas do JN.....	38
2.5. Discussão dos resultados .....	46
Conclusões.....	63
Referências bibliográficas .....	65
Apêndices .....	69
Tabela de análise quantitativa: Reportagens publicadas pelo JN em Dezembro de 2017 .....	70
Inquérito por questionário aos jornalistas do JN .....	78

## **Declaração de honra**

Declaro que o presente relatório de estágio é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 30 de Junho de 2018

Ana Rita Santos Cruz

## Resumo

A reportagem é consensualmente considerada o género nobre do jornalismo, assumindo-se como um importante factor diferenciador entre publicações e jornalistas. A sua profundidade, carácter marcadamente investigativo e maior liberdade formal são características distintivas do género face à típica notícia, que preenche a esmagadora maioria dos espaços de informação. Importa, por isso, questionarmo-nos sobre o lugar da reportagem num contexto – o actual – em vários aspectos tão diferente daquele – a primeira metade do século XX – em que surgiu e se afirmou como género jornalístico. O panorama mediático é hoje indiscutivelmente diferente e as evoluções mais recentes abrangem os modelos de negócio das empresas de comunicação social – e, conseqüentemente, as condições em que trabalham os jornalistas – e os próprios ciclos noticiosos e hábitos de consumo de informação. Neste relatório, baseado no estágio curricular na redacção do Porto do Jornal de Notícias, tentaremos cruzar as mudanças em curso no jornalismo com o espaço dado ao seu género nobre na Imprensa escrita. Para isso, tomámos o exemplo do JN e realizámos um estudo de caso que, com recurso à análise quantitativa da produção de reportagens neste jornal e a um inquérito por questionário aos seus jornalistas, tenta compreender qual o espaço dado à reportagem nesta publicação. Os resultados deste breve estudo apontam para o descurar deste género jornalístico, com especial destaque para a sua dimensão interpretativa.

**Palavras-chave:** reportagem, Imprensa escrita, Internet, negócio, ciclos noticiosos



## Abstract

The reportage is consensually considered the noble genre of journalism, assuming the role of differentiation factor between publications and journalists. Its depth, investigative character, and greater formal freedom are distinctive features of the genre when compared with the typical contents that fill the overwhelming majority of information spaces. It is therefore important to reflect upon the reportage's place in a context – the present one – in many ways different from that in the first half of the twentieth century, when it emerged and became a journalistic genre. Today's media landscape is unmistakably different and the latest developments comprise the business models of media companies – and, consequently, the conditions under which journalists work – and the news cycles and information consumption habits. In this paper, based on the curricular internship in Porto's newsroom of *Jornal de Notícias*, we will try to cross the current changes in journalism with the space given to its noble genre in the written Press. To do this, we took JN's example and analyzed it in a case study that, using quantitative analysis of this newspaper's production of reportages and a questionnaire survey to its journalists, tries to understand how much room JN gives to the reportage. The results of this brief study point to the neglect of this journalistic genre, with special emphasis on its interpretive dimension.

**Keywords:** reportage, written Press, Internet, business, news cycles



## **Introdução**

A reportagem ocupa, desde a sua afirmação como género jornalístico no século passado, o estatuto de género nobre do jornalismo. Relato completo, profundo, por vezes até imersivo, a reportagem assume uma função interpretativa que vai além da informação diária das notícias. O jornalismo está hoje, contudo, em mudança, e o contexto em que a reportagem se consolidou e adquiriu importância central é diferente do actual. Que lugar reserva esta evolução à reportagem? Continuará a assumir-se como género nobre? Terá condições para isso? Ou melhor: terão os jornalistas condições para continuar a dar-lhe a relevância que as funções que desempenha merecem? Para além de uma oportunidade de adquirir experiência profissional, desenvolver competências e contactar com o mundo do trabalho, um estágio curricular é – ou deve ser – também uma oportunidade de reflexão. O estágio de quatro meses no Jornal de Notícias (JN) trouxe estas e outras perguntas sobre o actual estado da Imprensa portuguesa, o contexto laboral dos jornalistas e a qualidade do jornalismo em Portugal. Este relatório de estágio procura dar conta da experiência vivida durante o estágio no JN e, num estudo de caso, apresentar um pequeno contributo sobre o destaque dado à reportagem nesta importante publicação e na Imprensa escrita portuguesa.

Começaremos, no primeiro capítulo, com um resumo do estágio, incluindo a descrição das rotinas e tarefas realizadas no seu âmbito e uma apreciação geral do mesmo. O segundo capítulo será dedicado ao estudo de caso, iniciando-se com a revisão da literatura sobre o tema em estudo, na busca de uma definição de reportagem e das suas funções. Segue-se a apresentação da metodologia utilizada e a análise e discussão dos resultados obtidos à luz da literatura sobre o tema. Por fim, na parte final deste relatório, procuraremos sintetizar, em linhas gerais, as conclusões do estudo e reflectir sobre o seu significado.

## **1. Resumo do estágio**

O estágio no JN, integrado no plano curricular do Mestrado em Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, teve a duração de quatro meses (de 18 de Setembro de 2017 a 12 de Janeiro de 2018) e realizou-se na secção Nacional. No período referido, colaborei com a secção em que fui integrada, mas também pontualmente com outras: as secções Porto e Etc.. A escolha deste meio de comunicação social deveu-se não só à sua importância no panorama nacional, mas também ao papel que assume na região Norte e ao seu longo e significativo percurso histórico. Além do referido, logo na entrevista de acesso ao estágio, o JN mostrou-se disponível para, caso a minha candidatura fosse aceite, me integrar na secção que pretendia.

De acordo com o horário definido com a editora da secção Nacional e orientadora de estágio, Dr.<sup>a</sup> Helena Norte, trabalhei nos dias úteis das 14 horas e até quando a minha presença já não fosse necessária, o que normalmente acontecia entre as 19:30 e as 20:30 horas. Por necessidade fiquei pontualmente até mais tarde e, quando alguma tarefa assim o exigia, comecei a trabalhar de manhã. Nos quatro meses de estágio, a selecção e escrita de breves foi, sem dúvida, a tarefa mais vezes realizada. Na verdade, fi-lo numa base diária, recorrendo à Agência Lusa para a selecção de notícias que pudessem ser relevantes para a secção e redigindo, após aprovação de uma das editoras, as mesmas. Esta foi a minha rotina diária mais frequente. Para além do referido, tive pontualmente uma colaboração mais expressiva, com notícias de maior dimensão ou pequenas entrevistas. No total, foram dez os trabalhos que desenvolvi neste âmbito. Naturalmente, estes trabalhos diferenciam-se bastante das breves ou colunas que escrevi diariamente. Do trabalho desenvolvido no estágio, considero, assim, apenas dez como sendo da minha autoria. Os trabalhos mencionados foram publicados nos dias 12 de Outubro, 2, 6, 8, 9, 15, 17, 25 e 30 de Novembro e 14 de Janeiro. Contam-se, entre eles, oito notícias e duas pequenas entrevistas. A maioria (oito) destes trabalhos foi realizada para a secção Nacional (sendo um deles para a Economia, que está integrada nesta mesma secção), um para a secção Porto e um para o Etc. (mais particularmente para o

suplemento Tag). Apenas uma minoria (duas) não implicou deslocação. Quanto às fontes, verifica-se um certo equilíbrio entre oficiais e não oficiais. Como é facilmente verificável, a quantidade de trabalhos que me foram atribuídos foi, para um período de quatro meses, baixa. A frequência pode ser avaliada da mesma forma: não obstante a relativa abundância no mês de Novembro, os restantes meses foram quase “vazios” de trabalho, com uma total ausência de notícias ou entrevistas publicadas nos meses de Setembro e Dezembro, e apenas uma nos meses de Outubro e Janeiro.

Tendo sido a primeira experiência profissional, o estágio foi, desse ponto de vista, necessariamente positivo, abrindo as portas de uma realidade conhecida na teoria, mas não na prática. Os quatro meses passados no JN permitiram-me observar as rotinas e procedimentos inerentes ao trabalho jornalístico e até o ambiente vivido na redacção; e, mais do que isso, permitiram-me participar nos mesmos, adquirindo competências de trabalho. Nestes quatro meses observei de perto as rotinas da redacção: tendo estado presente maioritariamente de tarde, tive também a experiência de trabalhar de manhã e ao final do dia, perto da hora de fecho da edição.

Não obstante a aquisição dessas competências, não posso deixar de notar que o potencial de um estágio como este não foi aproveitado totalmente. A redacção recebeu-me com alguma confusão – ninguém parecia saber que, naquele dia, iria iniciar-se um estágio curricular naquela secção e a editora responsável por me orientar não estava presente. Durante as primeiras semanas, passei várias horas por dia sem qualquer tarefa atribuída. Após a selecção e redacção das breves, fiquei quase sempre sem nada para fazer. Importa referir que esta foi uma tarefa diária (e bastante simples) e que, depois de alguns dias a fazê-la, adquiri, naturalmente, relativa rapidez, pelo que o tempo passado desocupado foi aumentando. Inicialmente pensei que esta situação se devesse ao facto de a minha presença ser ainda recente, mas várias semanas após o início do estágio a situação manteve-se, pelo que tomei a iniciativa de falar com a minha editora e orientadora, comunicando a minha disponibilidade para contribuir mais e a minha vontade de adquirir novos conhecimentos e competências. Colocou-se também a possibilidade de, se e quando necessário, colaborar com outras secções, o que acabou por se verificar apenas duas vezes. A editora da minha secção mostrou-se também

aberta a sugestões da minha parte. Como é evidente pelo que já foi dito sobre a quantidade e frequência dos trabalhos realizados durante o estágio, a situação melhorou apenas inicialmente, com a atribuição de novas tarefas, como pequenas notícias ou entrevistas, voltando depois, nos últimos dois meses de estágio, à escassez inicial. Tendo sido, como já referido, a primeira experiência profissional, confesso que só pontualmente me senti confiante para fazer sugestões, o que poderá ter contribuído para a falta de trabalho. Não se pode dizer, contudo, que tal se tenha devido a falta de empenho ou responsabilidade da minha parte, uma vez que tentei sempre cumprir da melhor forma as poucas tarefas que me foram atribuídas e, como acima mencionei, mostrei-me sempre disponível e com vontade de fazer mais. Na verdade, não creio que esta situação se tenha devido à minha postura mas sim à postura do próprio meio de comunicação social face aos estágios curriculares. Leva-me a esta conclusão não só a minha experiência pessoal, mas também a observação das rotinas de outros estagiários, ora sem trabalho nenhum, ora assoberbados de tarefas a cumprir rápida e autonomamente. Não parece haver uma preocupação “pedagógica” ou formativa por parte do JN, mas sim uma lógica de colmatação de necessidades das secções. Exemplo disso é que nas tarefas que me foram atribuídas e que implicaram deslocação nunca fui acompanhada. Contrariamente às minhas expectativas, mesmo nas primeiras saídas em reportagem fui sempre sozinha, acompanhada apenas por um repórter fotográfico. Foram sempre dadas indicações prévias concretas do que se pretendia, mas nunca houve acompanhamento de nenhum jornalista, o que levou a erros – de principiante – evitáveis estivesse um jornalista experiente presente. Desta circunstância advém, contudo, algo positivo. Passadas as hesitações e erros iniciais (e também em consequência deles), fui-me tornando mais autónoma, mas não posso evitar sentir que teria aprendido muito mais tivesse havido acompanhamento.

Na redacção, o acompanhamento foi feito alternadamente pela editora da secção Nacional, Helena Norte, a orientadora que me foi atribuída, e pela editora-adjunta Gina Pereira, que, encontrando-se em Lisboa, me orientou via *Skype* ou chamada telefónica. Paradoxalmente, senti-me mais acompanhada neste último caso. A orientação foi, aqui, mais próxima e constante e a editora-adjunta foi sempre bastante “pedagógica” na forma

como corrigiu os meus trabalhos, apontando os erros, dando-me oportunidade de perceber por que motivo algo estava errado e explicando todas as correcções. No geral, contudo, o que senti é que todos (da editora às jornalistas da secção) estavam demasiado ocupados para me acompanhar – não, provavelmente, porque fosse a sua vontade, mas porque não tinham tempo para o fazer nem foram instruídos nesse sentido.

## **2. Estudo de caso**

### **2.1. Apresentação do tema**

Factores de ordem social, económica e tecnológica têm contribuído para significativas alterações na natureza do trabalho jornalístico e no contexto laboral dos jornalistas. Os meios tecnológicos multiplicaram-se, os ciclos noticiosos aceleraram-se, os modelos de negócio das empresas de comunicação social reajustaram-se a uma nova realidade económica.

Os resultados destas mudanças – que procuraremos analisar com mais detalhe ao longo deste trabalho – são já visíveis na forma como se faz e consome jornalismo. A redução do número de jornalistas nas redacções é uma das faces visíveis desta nova realidade: segundo o Observatório Europeu do Jornalismo, entre 2007 e 2014, o número de carteiras profissionais em Portugal desceu 17,8%, de 6839 para 5621, o que corresponde a menos 1218 jornalistas (Tomé, 2014). A precariedade, indica o mesmo documento, é outro dos problemas que afectam a profissão (Tomé, 2014). Num contexto como o brevemente traçado é fácil perceber que os jornalistas se sintam condicionados e que a origem desse condicionamento seja interna: são as chefias e administrações, dizem os jornalistas, e não tanto os actores externos, que os pressionam (Crespo, 2017). A agenda, as condições de trabalho, o salário, a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e o medo de despedimento são os motivos enunciados pelos jornalistas num estudo realizado em 2016 pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (Crespo, 2017). Se dúvidas houvesse, os jornalistas, reunidos em congresso há cerca de um ano, confirmaram o cenário

descrito, dedicando o segundo ponto da Resolução Final do encontro às condições laborais, com enfoque na redução dos jornalistas nas redacções, nos despedimentos, na precariedade e na falta de tempo. Os jornalistas participantes consideraram que estes aspectos “estão a ter efeitos na qualidade do jornalismo e condicionam a independência dos jornalistas” (4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, 2017).

As novas formas de produção e consumo noticioso têm sido amplamente estudadas e discutidas entre investigadores e jornalistas. Este trabalho não pretende – nem conseguiria – abarcar todos os aspectos desse debate, concentrando-se apenas numa pequena mas importante parte desse todo. A reportagem foi desde cedo considerada o género nobre do jornalismo. Os testemunhos de jornalistas e a investigação académica dizem-nos que este género tem vindo a perder destaque por motivos económicos, questões relacionadas com a gestão de recursos humanos ou opções editoriais. Há duas décadas dizia já Gabriel García Márquez que a reportagem, o “género estrela” do jornalismo, estava a perder espaço. Na 52ª Assembleia-Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa, realizada em Los Angeles em 1996, o Nobel da Literatura discursou sobre o rumo do jornalismo e da formação dos jornalistas, mostrando-se preocupado com “a pressa e a restrição de espaço” enquanto factores condicionadores do desenvolvimento de reportagens (García Márquez, 1996). Para a realidade portuguesa, contamos com o testemunho do ex-jornalista do Jornal de Notícias Aurélio Cunha, que considera que o jornalismo de investigação em Portugal “não tem, infelizmente, grande tradição” (Cunha, 2014, p. 13). No livro em que resume anos de trabalho em jornalismo de investigação, Aurélio Cunha lamenta que nem sempre os meios de comunicação social reconheçam que a publicação de reportagens lhes traz ganhos em credibilidade e vendas (Cunha, 2014). Não faltam opiniões e testemunhos no mesmo sentido. A investigação, intimamente associada ao género reportagem, é, assim, uma das áreas que mais tem sofrido com as mudanças de que falámos – ela que é “especialmente dispendiosa” e “potencialmente incómoda” (Maia, 2016, p. 6) e, ao mesmo tempo, sempre e cada vez mais necessária.

Com base numa breve revisão bibliográfica, num estudo de caso e nos testemunhos de alguns jornalistas do JN, este trabalho pretende ser um pequeno



contributo na percepção do valor dado à reportagem pela Imprensa escrita. Procuramos, assim, perceber quais as implicações da mudança estrutural que atravessa o jornalismo num dos seus mais destacados géneros. Mais concretamente, tentaremos avaliar, através de um (pequeno) estudo de caso baseado no estágio já mencionado, qual o lugar de um género jornalístico que exige um maior investimento (de tempo e recursos) num contexto de aceleração na produção e consumo noticiosos e de restrições orçamentais nas empresas de comunicação social. Assim, colocamos a seguinte pergunta de investigação: qual o destaque dado ao género jornalístico reportagem no Jornal de Notícias? Tendo em conta o que dissemos nesta introdução, avançamos a hipótese de que as restrições orçamentais e a aceleração dos ciclos noticiosos têm vindo a contribuir para uma significativa perda de espaço da reportagem nas páginas deste jornal.

## **2.2. Revisão da literatura**

### **2.2.1. Reportagem: uma tentativa de definição**

É no francês que encontramos a origem etimológica da palavra reportagem, que por sua vez provém do verbo latino “reportare”, que significa trazer ou levar uma notícia, anunciar, referir, informar (Martin Vivaldi, s/d, p. 65). O conceito de reportagem corresponde, assim, em sentido lato, a informação (Martin Vivaldi, s/d, p. 378), a tudo o que nos dá notícia de algo (Martin Vivaldi, s/d, pp. 65 – 66), ou à acção de obtenção dessa informação, remetendo para a cobertura, no terreno, de determinado acontecimento (Sousa, 2005, p. 188). Assim, numa perspectiva ampla, quase tudo é reportagem, na medida em que as técnicas associadas ao género reportagem estão também ao serviço, no terreno, de outros géneros jornalísticos (Boucher, 1993, p. 8). Contudo, num sentido mais concreto – ou seja, enquanto género jornalístico – a reportagem não é apenas esta “informação pura e simples” (Martin Vivaldi, s/d, p. 66) e pode ser definida como um relato jornalístico (Edo, 2009, p. 49) com características próprias, mais ou menos estabelecidas. É nesta última perspectiva que vamos focar-nos.

Martin Vivaldi assume a dificuldade de apresentação de uma definição completa e concisa deste género jornalístico, dada a amplitude do mesmo (Martin Vivaldi, s/d, p.

65). Considerada o género jornalístico por excelência (Martin Vivaldi, s/d, p. 378; Reynaga, 1994, p. 9; Sousa, 2005, p. 187), a reportagem, tal como os restantes textos jornalísticos, não tem, contudo, fronteiras rígidas (Sousa, 2005, p. 168) e a sua definição está aberta a discussão. Notícia, reportagem, crónica, artigo/comentário, editorial, entrevista – ou, como defende Mar de Fontcuberta, apenas os quatro primeiros (Fontcuberta, 2002, p. 81) – são todos, na sua base e se apresentarem informação nova, notícias (Sousa, 2005, p. 168). O que os distingue é o modelo de interpretação da realidade a que recorrem (Sousa, 2005, p. 168): os géneros jornalísticos são modelos de criação linguística que permitem apresentar a informação de forma compreensível e adequada (Edo, 2009, p. 45). A teoria dos géneros jornalísticos tem no académico espanhol José Luís Martínez Albertos um importante difusor. Inspirado nos trabalhos de Emil Dovifat na Alemanha e Carl Warren nos Estados Unidos, Martínez Albertos estabeleceu, nos anos 60, um conjunto de regras e definições que seriam amplamente adoptadas (Edo, 2009, p. 41). Martínez Albertos definiu os géneros jornalísticos na Imprensa escrita como “modelos da criação literária concebidas como veículos aptos para realizar uma estrita informação de actualidade” (Martínez Albertos, 1974, p. 70). A definição de cada um destes modelos assentaria em quatro pilares de referência: o seu grau de vinculação à notícia ou facto/acontecimento (a), a sua referência temporal (ocasional ou regular) (b), o seu estilo literário (c) e, por fim, o profissional que o produz (d) (Martínez Albertos, 1974, p.76). No caso da reportagem, Martínez Albertos classifica-a, de acordo com os pilares enunciados, do seguinte modo (Martínez Albertos *apud* Fontcuberta, 2002, p. 82):

- a) Relato de factos actuais, que não têm que ser obrigatoriamente notícia, acrescido da explanação dos antecedentes ou circunstâncias que estiveram na sua origem;
- b) Ocasional (mesmo as séries de reportagens são tidas como uma só reportagem publicada em partes durante vários dias);
- c) Estilo narrativo e criativo, com pontos de contacto com a literatura;
- d) Da autoria de um repórter.

A teoria dos géneros jornalísticos não é, contudo, consensual. Autores há que defendem que a tipologia por ela estabelecida está, no panorama actual, desfasada ou que é demasiado rígida (Fontcuberta, 2002, p. 83). Um dos argumentos apresentados por Mar de Fontcuberta, que subscreve este ponto de vista, é o de que a forma de redigir a informação sofreu, ao longo do tempo, mudanças que se traduziram numa ruptura das fronteiras entre os vários géneros (Fontcuberta, 2002, p. 83). Admitindo esta transposição de fronteiras, a reportagem apresenta-se como género híbrido, na medida em que recorre a elementos de outros géneros jornalísticos (Sousa, 2005, p. 190; Ponce de Leão, 2000, p. 208), como a entrevista, e que pode ter por base uma notícia ou, segundo alguns autores, tem sempre (Ponce de Leão, 2000, p. 280). Pela mesma razão, é tida como o género mais completo, ao integrar outros géneros, como a notícia, onde está a sua génese, a crónica, cujo modelo narrativo frequentemente utiliza, e a já referida entrevista, a que recorre para recolher testemunhos (Reynaga, 1994, p. 9).

Para além da esquemática definição de Martínez Albertos, que já apresentámos, sintetizamos em baixo, em linhas gerais, as características da reportagem que surgem na literatura sobre este tema como as mais relevantes:

- Género informativo;
- Tema livre;
- Liberdade expositiva/estrutura livre;
- Profundidade;
- Predominância da narração e estilo (mais ou menos) literário;
- Observação directa;
- Papel activo do jornalista.

A reportagem é um género informativo (Martínez Albertos, 1974, p. 76; Martin Vivaldi, s/d, p. 65), mas também explicativo e interpretativo (Reynaga, 1994, p. 11). Tida, nos esquemas clássicos, como um género informativo, a reportagem pode enquadrar-se num segundo nível no estilo informativo. De acordo com esta classificação, a reportagem pode chamar-se “informativa” se se mantiver no primeiro

nível do estilo informativo, e designar-se “interpretativa” – como a crónica – se ascender ao referido segundo nível. Neste âmbito, os textos situam-se na fronteira entre a informação e a opinião, devendo, contudo, manter-se fiel à primeira. O estilo interpretativo vem, todavia, ultrapassando o informativo, por proporcionar uma visão mais ampla dos factos ou acontecimentos (Edo, 2009, p. 49).

Quanto ao tema, a reportagem goza de liberdade de escolha, dentro dos temas, problemas ou acontecimentos de interesse actual ou humano (Martin Vivaldi, s/d, p. 65). Em suma, “todos os temas cabem na reportagem” (Cintas Guillén, 2001, p. 21), como nos diz a investigadora espanhola María Cintas Guillén. A reportagem pode também debruçar-se sobre factos ou acontecimentos já conhecidos (Edo, 2009, p. 127), explicando-os e reconstruindo-os para melhor compreender o presente (Cardoso, 2012, p. 67). Não obstante a possibilidade de ser retrospectiva, a reportagem não deve ser inactual (Martin Vivaldi, s/d, p. 65).

Livre na escolha do tema, a reportagem é-o também na forma como o expõe. A liberdade expositiva é, aliás, uma das características que a afasta da notícia. A variedade é uma das características da reportagem, que se materializa na diversidade de formas de apresentação das ideias – descrição, diálogo, humor, reflexão, etc. – e de captação do ambiente que rodeia o repórter (o que ouve, o que vê) (Martin Vivaldi, s/d, p. 78). Construída com base numa estrutura livre e complexa (Ponce de Leão, 2000, p. 208), a reportagem pode, assim, apresentar-se sob variadas formas, não se limitando à estrutura da pirâmide invertida (Gradim, 2000, p. 87), típica da notícia e amplamente utilizada pelos jornalistas. Anabela Gradim refere a pirâmide normal ou o encadeamento de pirâmides invertidas como estruturas possíveis. Mas também é possível à reportagem, diz a autora, não utilizar pirâmide nenhuma (Gradim, 2000, p. 87). Títulos apelativos e *leads* retardados perfazem o conjunto (Gradim, 2000, p. 87). No que ao título diz respeito o factor apelativo, levado em conta em todos os géneros jornalísticos, ganha aqui maior importância. O *lead* é normalmente do tipo retardado, em linha com a preocupação de despertar interesse no leitor que é transversal à reportagem, da estrutura à linguagem utilizada. Um *lead* deste tipo não se preocupa em responder, como o típico *lead* directo, aos “Q’s” habituais (o quê; quem; quando; onde; como; porquê),

procurando em vez disso “despertar imaginativamente o leitor” para o tema abordado (Gradim, 2000, p. 60).

A reportagem é um texto impressivo (Sodré & Ferrari *apud* Sousa, 2005, p.187), na medida em que se baseia nas impressões do seu autor. Aqui, a objectividade requerida a qualquer género informativo permite uma certa subjectividade, por se tratar de um trabalho que depende da observação pessoal e da escolha do ângulo (Boucher, 1993, pp. 16 – 17), que é o que confere novidade e originalidade ao texto, mais do que propriamente o assunto tratado (Boucher, 1993, p. 33). Trata-se da originalidade que Martín Vivaldi atribui à reportagem: a capacidade de apresentar ideias novas ou com uma nova abordagem (Martin Vivaldi, s/d, p. 75). Em suma, a reportagem é uma leitura da realidade baseada nas sensações do jornalista (Cardoso, 2012, p. 67), que leva a sua marca pessoal (Cintas Guillén, 2001, p. 21) e, como tal, “necessariamente subjectiva” (Castanheira, 1998, p. 9). A honestidade é, assim, o valor mais importante neste âmbito (Boucher, 1993, p. 17). Sobre isto, diz-nos Martin Vivaldi que a reportagem é um género “marcadamente impressionista e de perfil realista ou neo-naturalista”, caracterização que decorre da “sinceridade narrativa” que o texto deve apresentar, ou seja, na narração do que foi visto tal como aconteceu. Martin Vivaldi admite uma certa subjectividade, na medida das diferenças de percepção entre diferentes repórteres, que impedem um jornalismo “cem por cento fotográfico” e que o próprio autor considera indesejável. Em vez disso, Martin Vivaldi defende um “realismo humano”, definido como um “respeito ao essencial da realidade” e, ao mesmo tempo, à sensibilidade humana de quem a observa. O observador deve, assim, olhar para lá das aparências, evitando deformar a realidade com preconceitos e descrevendo-a o mais fielmente possível. Ou, resumindo: “fidelidade aos factos e fidelidade a si mesmo” (Martin Vivaldi, s/d, p. 83), deixando para o leitor a valorização dos feitos ou acontecimentos (Martin Vivaldi, s/d, p. 81).

A superficialidade é tida como antagónica a este género jornalístico: a reportagem quer-se profunda. A profundidade da reportagem consiste em chegar ao cerne dos temas tratados, explicá-los o mais completamente possível e torná-los inteligíveis. A inteligibilidade é atingida providenciando antecedentes, significação,

alcance e interpretação (Martin Vivaldi, s/d, p. 103), ou seja, através da contextualização e análise dos acontecimentos. A interpretação define-se como não valorativa, como objectiva, o que implica “definir ao máximo”, esgotar o tema não deixando nada de importante por dizer e abarcando os antecedentes e o alcance ou possíveis consequências do acontecimento (Martin Vivaldi, s/d, pp. 105 – 106). É esta exaustividade no tratamento da informação e esta tentativa de captar “a essência” de determinada realidade que satisfaz as necessidades do público actual (Reynaga, 1994, p. 11).

Na reportagem deve predominar a narração (Sodré & Ferrari *apud* Sousa, 2005, p 187), que pode adquirir um estilo mais ou menos literário (Cardoso, 2012, p. 67; Martin Vivaldi, s/d, p. 65), o que nos remete para o conceito de “escritor-jornalista” (Martín Vivaldi, s/d, p. 65). Parece consensual que a reportagem deve ter uma certa qualidade literária, no sentido em que é a capacidade de escrita do jornalista que mais contribui para manter o leitor interessado no texto. Há quem estabeleça um paralelismo com “a boa novela”, que deve ter “um início chamativo, um final coerente, preciso” e conclusivo e um processo narrativo fluído e coeso: ao leitor, diz-nos Martín Vivaldi, “não bastam os melhores acontecimentos, mas também uma apresentação adequada” (Martin Vivaldi, s/d, pp. 110 – 111). Não quer isto dizer que a reportagem seja equiparada a literatura. As diferenças entre jornalismo e literatura estão, aliás, bem definidas<sup>1</sup>. Referimo-nos à linguagem, uma vez que a reportagem deve contar uma história (Sousa, 2005, p. 187). Boucher assegura-nos que o rigor – apanágio de qualquer trabalho jornalístico – não é afectado por uma escrita que seja capaz de prender o leitor (Boucher, 1993, p. 14). Esta é outra das características que distingue a reportagem da notícia, género meramente informativo. Diz-nos Martínez Albertos que a linguagem “seca, rigorosa e cingida ao fio condutor do acontecimento” da notícia dá, na reportagem, lugar a uma maior liberdade expressiva (Martínez Albertos, 1974, p. 102). Para o investigador espanhol, este facto aproxima (mas não equipara), como referimos, a reportagem dos géneros literários de ficção, e dá ao jornalista maior liberdade de criação artística (Martínez Albertos, 1974, pp. 102 – 103). A grande reportagem, por seu

---

<sup>1</sup> Ver Mar de Fontcuberta, *A Notícia*, pp. 74 – 75

lado, é tida por alguns autores como essa faceta literária da reportagem, posicionando-se a meio caminho entre o jornalismo e a literatura (Cintas Guillén, 2011, p. 22).

Na recolha da informação, a observação directa e contacto com as fontes deve ser privilegiado (Sousa, 2005, p. 191). Não obstante a concordância geral acerca da importância deste ponto para qualquer género informativo, Jacinto Godinho defende que a presença no local não é um critério essencial para o rigor e fiabilidade da reportagem (Godinho, 2009, p. 15). Contrariamente, Boucher, em linha com muitos outros investigadores, diz-nos que “praticar a reportagem (...) é para o jornalista submeter-se incessantemente à escola do trabalho de campo” (Boucher, 1993, p. 7).

Em todo este processo, o jornalista assume um papel activo (Boucher, 1993, pp. 17 – 18), o que corresponde a outro factor diferenciador em relação à notícia. O papel do jornalista é, nestes dois géneros, distinto. Boucher distingue, neste âmbito, dois tipos de jornalismo. O “jornalismo sentado” corresponde à notícia e o “jornalismo em pé” corresponde à reportagem, o primeiro indicando uma certa passividade, o segundo um papel mais activo (Boucher, 1993, pp. 17 – 18). Como explica Jorge Pedro Sousa, “é usual notar-se a intervenção do jornalista sobre o discurso” (Sousa, 2005, p. 187). Não obstante o exposto, o jornalista não se deve “ver”, a sua intervenção é feita na narração (Cintas Guillén, 2001, p. 21).

Dentro do género reportagem, admite-se a existência de vários tipos, como sejam a grande reportagem, por exemplo. Também aqui as opiniões diferem, quer quanto às tipologias de reportagem, quer mesmo em relação à existência de quaisquer tipos distintos dentro deste género. Martínez Albertos distingue claramente quatro tipologias: a reportagem de acontecimento, a reportagem de acção, e reportagem de citações (entrevista) e a reportagem de seguimento (reportagem curta) (Albertos, 1974, pp. 106 – 108). O primeiro tipo refere-se a uma reportagem de cariz descritivo, em que se apresenta uma visão estática (no sentido de não evolutiva, de acabada) dos acontecimentos, de acordo com a posição de observador exterior que o jornalista assume. No segundo caso trata-se do oposto: os acontecimentos são agora apresentados na sua evolução e o jornalista coloca-se dentro dos mesmos, adquirindo o texto um cariz narrativo. A terceira tipologia mencionada refere-se, naturalmente, a uma reportagem

em cuja base se encontra uma entrevista. Neste caso, as citações do entrevistado surgem alternadas com descrição ou narração do jornalista. Por fim, a reportagem de seguimento – que, como o nome indica, actualiza, dá seguimento a um tema já tratado no passado – está bastante próxima da notícia, distanciando-se dela na riqueza linguística característica da reportagem e nos detalhes de interesse humano e referentes ao ambiente em torno do acontecimento. Albertos distingue ainda tipos “especiais” de reportagem. É o caso da já referida grande reportagem (ou reportagem profunda/em profundidade), cujos “altos voos literários” (Vivaldi *apud* Martínez Albertos, 1974, p. 112) a distinguem dos demais tipos. Este tipo de reportagem, actualmente comum no jornalismo televisivo, é também identificado por outros autores. Para Martin Vivaldi, este tipo de reportagem distingue-se pela capacidade do jornalista de captar “os valores profundos e significativos do mundo e das coisas, do ser e do acontecer humano”, porque “um grande repórter é, em última instância, um grande observador” e também “um grande escritor” (Martin Vivaldi, s/d, p. 91).

Não obstante a existência de outras propostas de classificação – que têm em conta tópicos como o tempo/a periodicidade, o tema, o tamanho, a linguagem, a forma, entre outros – há autores que recusam o estabelecimento de tipologias dentro do conceito de reportagem. É o caso de Boucher, que nos diz que o que define este género jornalístico é a capacidade de colocar o leitor no centro do acontecimento, recorrendo a técnicas “semelhantes à do espectáculo” (Boucher, 1993, p. 9). Assim, defende que a distinção não se encontra na distância (os temas para uma reportagem podem estar bastante próximos), no tema (a reportagem pode abarcar temas quotidianos e banais), na dimensão do texto ou na técnica (ela é sempre a mesma para qualquer reportagem, em qualquer âmbito) (Boucher, 1993, pp. 19 – 20).

### **2.2.2. Funções da reportagem**

Apesar da inexistência de um modelo fixo ou cânone (Sousa, 2005, p. 192; Martínez Albertos, 1974, p. 102) para a sua elaboração, a reportagem deve cumprir determinadas funções. As funções explicativa e analítica surgem à cabeça. A principal



função da reportagem é explicar (Boucher, 1993, p. 18), tornar um facto ou problema actual inteligível, colocá-lo em perspectiva. Neste âmbito, a reportagem deve apresentar os antecedentes do facto ou acontecimento na origem da notícia, explorar as possíveis consequências e, por fim, analisar ambos. Em suma, deve contextualizar (Sousa, 2005, p. 187). Disto resulta a colocação da reportagem, como já referido, nos géneros interpretativos (Reynaga, 1994, pp. 14 – 15). Para além de esclarecer, ultrapassando a barreira da mera apresentação dos factos, a reportagem deve olhá-los de um ângulo particular e original, personalizando a informação (Boucher, 1993, pp. 9 – 10), e diversificando as formas de tratamento da mesma. A reportagem deve, depois, percorrer o caminho da informação e da interpretação à sensibilização, aproximando o leitor da informação, de modo a que ele possa “assistir em directo ao acontecimento” (Boucher, 1993, p. 9 – 10). O leitor deve sentir-se, também ele, interveniente na acção (Cardoso, 2012, p. 68), deve “viver” o acontecimento, mergulhar na história (Sousa, 2005, p. 187). Esta aproximação ou apelo à afectividade consegue-se, em larga medida, através da descrição dos cenários e personagens observados pelo jornalista, incluindo pormenores (Sousa, 2005, p. 191).

A reportagem pode também assumir uma função educativa, promovendo a reflexão e alargando horizontes (Vegar, 2001, p. 10). Para alguns autores acresce ainda a função de instrumento de luta social, na medida em que este género jornalístico analisa uma questão social, procurando chegar ao seu cerne. É uma “radiografia social”, o “descobrimento de uma realidade” (Cuenca *apud* Reynaga, 1994, p. 17).

### **2.3. Metodologia**

No seguimento do estágio no JN e das rotinas e procedimentos que, durante quatro meses, tive oportunidade de observar e, de certo modo, participar, parece-me pertinente o tema já apresentado no início deste trabalho: o género jornalístico reportagem. O sedentarismo nas redacções, consequência das restrições orçamentais e do aceleramento dos ciclos noticiosos, é um fenómeno actualmente muito discutido – e que explorarei adiante – e que me pareceu, das impressões recolhidas durante o estágio, estar presente

no JN. A reportagem é, pois, um género jornalístico que não se coaduna com essa realidade, uma vez que está, na sua essência, associada ao trabalho no terreno. A falta de tempo, de que também já falámos, é outro dos condicionantes incompatíveis com este tipo de trabalho jornalístico, uma vez que a exaustividade no tratamento dos temas está, geralmente, associado à reportagem. Surge assim a tentativa de perceber qual o espaço dedicado a este género jornalístico no JN, avançando-se, de acordo com a já referida observação feita durante o estágio e a revisão da literatura sobre o tema, a seguinte hipótese: as restrições orçamentais e a aceleração dos ciclos noticiosos têm vindo a contribuir para uma significativa perda de espaço da reportagem nas páginas do JN. Tentando responder à questão já enunciada, optámos por analisar edições do JN publicadas durante o período do estágio e recolher testemunhos de jornalistas. No primeiro caso, foi seleccionada uma amostra – o mês de Dezembro. Tendo em conta que o estágio abarcou apenas uma parte do primeiro mês, Setembro, e do último, Janeiro, e que Outubro foi um mês de ambientação, Novembro e Dezembro seriam as opções mais viáveis para a amostra. Da amostra foram excluídos suplementos e cadernos “especiais”, centrando-se apenas no caderno principal do JN. No segundo caso – recolha de testemunhos de jornalistas – foi construído um questionário enviado a todos os jornalistas da redacção.

### **2.3.1. Análise quantitativa da produção de reportagens**

Para esta análise foram tidas em conta as seguintes variáveis:

- Data e dia da semana;
- Secção;
- Temática (política, sociedade, economia, justiça, cultura, social/lazer, ciência, saúde, desporto);
- Destaque: presença na capa (manchete, segundo tema, chamada da capa e sem chamada de capa) e colocação no jornal (primeiras cinco páginas, páginas interiores, páginas centrais, últimas cinco páginas);

- Tamanho (por parágrafos: um a dois, três a cinco, seis a dez, 11 a 20 e mais de 20)<sup>2</sup>;
- Iconografia: existência iconográfica e tipo de iconografia (fotografia, infografia, outros e sem iconografia);
- Recurso a entrevista e número de testemunhos citados (um a dois, três a cinco, seis a dez e mais de dez);
- Tipo de fontes (oficiais ou não oficiais);
- Execução no local;
- Execução por enviado especial.

No que diz respeito à pertinência destas variáveis de análise, a data e dia da semana pretendem, naturalmente, aferir a frequência e distribuição (semanal) da publicação de reportagens, a indicação da secção e da temática têm o intuito de perceber se há tendência para um maior ou menor investimento em reportagens em determinadas secções ou sobre determinadas temáticas.

Os restantes tópicos referem-se ao investimento e ao destaque dado a este género jornalístico. A importância da colocação e destaque dado às reportagens é evidente, mas se precisasse de confirmação poderia encontra-la na experiência de Aurélio Cunha: “o impacto suscitado na opinião pública de notícias e reportagens por mim assinadas dependia muito do destaque gráfico que se lhes dava” (Cunha, 2014, p. 32). Especificamente, a presença na capa explica-se pela importância que a primeira página de qualquer publicação periódica assume: é ela que dá ao leitor a primeira impressão do jornal, ela apresenta “a selecção máxima e as maiores apostas” de uma publicação (Nery *apud* Santos, 2008, p. 101), assumindo a função de “montra”. Na capa apresentam-se os temas considerados mais importantes pelo jornal, que lhes atribui um destaque diferenciado através da colocação dos títulos e da sua cor, tamanho, tipo de letra, da presença de iconografia, entre outros aspectos que participam na hierarquização ou valorização da informação. Na nossa análise, dividimos este tópico em manchete, segundo tema, chamada de capa e sem chamada de capa, acrescentando a menção, nos

---

<sup>2</sup> Para efeitos de contagem foi considerado apenas o corpo da peça, excluindo assim citações, orelhas ou outras caixas de texto adicionais.

três primeiros casos à existência ou não de iconografia. O primeiro nível de destaque – a manchete – refere-se ao título principal cuja configuração evidencia a sua importância face às restantes chamadas de capa (porque é, na verdade, uma chamada de capa, mas superior a todas as outras na hierarquia de importância): título “composto em letras garrafais e publicado com grande destaque, geralmente no alto da primeira página” (Rabaça & Barbosa, 1987, p. 376), ocupando “toda a sua extensão horizontal” (Mello, 2003, p. 139). Trata-se de um termo amplamente conhecido e utilizado mas que, ainda assim, importa definir com precisão. Quanto ao segundo tema, este foi assim designado por se referir ao tema de maior importância logo a seguir à manchete. Por fim, a chamada de capa – posto, claro, que as duas anteriores designações também são chamadas – refere-se aqui aos restantes títulos ou pequenos textos que se encontram na primeira página. A chamada pode apresentar-se como um resumo/síntese ou uma introdução de peças jornalísticas – notícias, reportagens, crónicas, etc. – contidas na publicação, ou apresentar simplesmente o título das referidas peças. Nem todas as publicações fazem uso das chamadas de capa: há aquelas que recorrem a sumários que indicam os assuntos e respectivas páginas (Bahia, 2015, p. s/p). Não é, contudo, o caso do JN. Quanto à colocação no jornal, há que sublinhar que nem todas as páginas têm o mesmo destaque, pelo que importa perceber se as reportagens se encontram nas páginas centrais, páginas nobres de um jornal, nas primeiras cinco, que também são de grande destaque, ou, em oposição, nas últimas cinco páginas ou nas páginas interiores. As primeiras cinco foram assim definidas pelo facto de termos que desconsiderar a capa, a segunda página, reservada a textos de opinião, e a terceira, que é sempre ocupada por um anúncio publicitário.

Os tópicos referentes ao tamanho, existência (e tipo) de iconografia, o recurso a entrevista e número de testemunhos, a deslocação ao local e a autoria de enviados especiais fazem também parte da aferição do investimento feito na produção de reportagens, uma vez que todos estes tópicos têm implicações no tempo e recursos financeiros despendidos em cada peça. No que às fontes diz respeito, a inclusão desta variável prende-se com a relação entre o recurso preferencial a fontes oficiais e a falta de tempo e recursos: o contacto com assessores de imprensa e fontes oficiais substitui

frequentemente a deslocação ao terreno (Gomes, 2015, p. 12). Saber se existe, nas reportagens publicadas no período estabelecido, predominância de fontes oficiais ou não oficiais torna-se, portanto, pertinente.

Para analisar a importância e destaque da publicação de reportagens no JN, é preciso primeiro identificar as peças que se podem integrar neste género jornalístico, tendo naturalmente em conta as características da reportagem apresentadas e discutidas na revisão da literatura. Apesar da existência destas linhas orientadoras, determinar que peças são reportagem não é uma tarefa isenta de ambiguidade. Recuperando o que dissemos sobre os autores que desafiam a teoria dos géneros jornalísticos, por vezes parece existir uma transposição de fronteiras entre os diferentes géneros. Assim, a selecção aqui apresentada é sempre discutível, na medida em que o próprio Jornal de Notícias não é regular na identificação das peças como reportagem: há peças que são, indiscutivelmente, reportagens e não estão identificadas como tal, enquanto outras – uma minoria – apresentam a designação de forma destacada. Começando pelas peças que estão identificadas, no período definido o JN apresenta 16 peças, às quais se juntam 39 peças não identificadas, perfazendo um total de 55 reportagens. Destas 55 peças pode dizer-se que existem dois tipos de texto: pequenas peças integradas em notícias, apresentando testemunhos relacionados com o assunto noticiado na peça principal, e peças “autónomas”, de maior dimensão e profundidade. As primeiras são as mais frequentes e, de acordo com a tipologia estabelecida por Martínez Albertos, podem enquadrar-se nas reportagens de citações. Estas – também chamadas, no termo inglês, *quote stories* – são, para o investigador espanhol, “uma das manifestações jornalísticas de maior aceitação popular” (Albertos, 1974, p. 109). A maioria das reportagens insere-se nesta categoria e apresenta uma pequena reportagem de citações que acompanha uma notícia. A estas juntam-se outras peças que poderiam ser consideradas reportagens e não são identificadas como tal: têm dimensão e profundidade suficientes, apresentam uma dimensão explicativa e contextualizam os factos/acontecimentos, embora, como veremos, não exaustivamente.

### **2.3.2. Inquérito por questionário aos jornalistas do JN**

A recolha de testemunhos dos jornalistas do JN foi feita com base num inquérito por questionário enviado por correio electrónico a todos os jornalistas da redacção do Porto. O questionário (que pode ser consultado nos apêndices) é composto por treze questões: doze de escolha múltipla e uma de resposta aberta. As questões de escolha múltipla foram construídas tendo por base a escala de Likert.

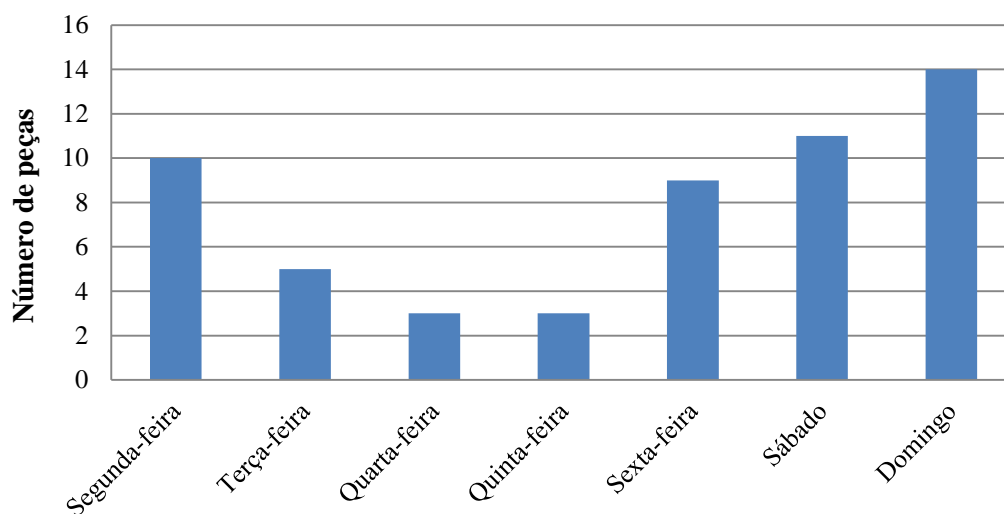
As questões referem-se à frequência de produção de reportagens (questões 1 e 2), à frequência das deslocações ao terreno para esse efeito (questões 3, 4 e 5), à suficiência de meios (questão 6 e 7) e tempo (questão 8 e 9) para a realização destes trabalhos, ao incentivo dado aos jornalistas para os produzir (questão 10), à vontade dos próprios jornalistas (questão 11), às fontes a que recorrem (questão 12) e à sua opinião sobre a evolução da importância dada a género jornalístico no panorama geral da Imprensa portuguesa (questão 13). Inserimos, neste questionário, uma dimensão comparativa, para aferir possíveis evoluções na percepção dos jornalistas em relação aos pontos em causa – as questões 2, 4, 7 e 9 cumprem essa função.

## **2.4. Apresentação dos resultados**

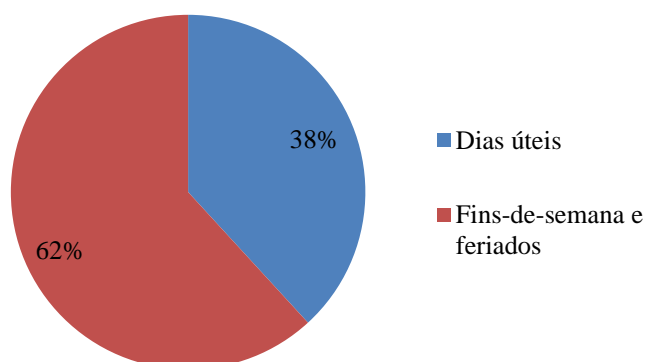
### **2.4.1. Análise quantitativa da produção de reportagens**

A distribuição semanal das reportagens concentra-se sobretudo no fim-de-semana, com estes dois dias a apresentar cerca de 45% das reportagens publicadas no mês de Dezembro (gráfico 1). Se acrescentarmos a este valor as reportagens publicadas nos três feriados do período da amostra – os dias 1 e 8, Sextas-feiras, e o dia 25, Segunda-feira – obtemos uma imagem ainda mais evidente da discrepância na distribuição entre dias úteis e não úteis (gráfico 2).

**Gráfico 1: Distribuição Semanal**

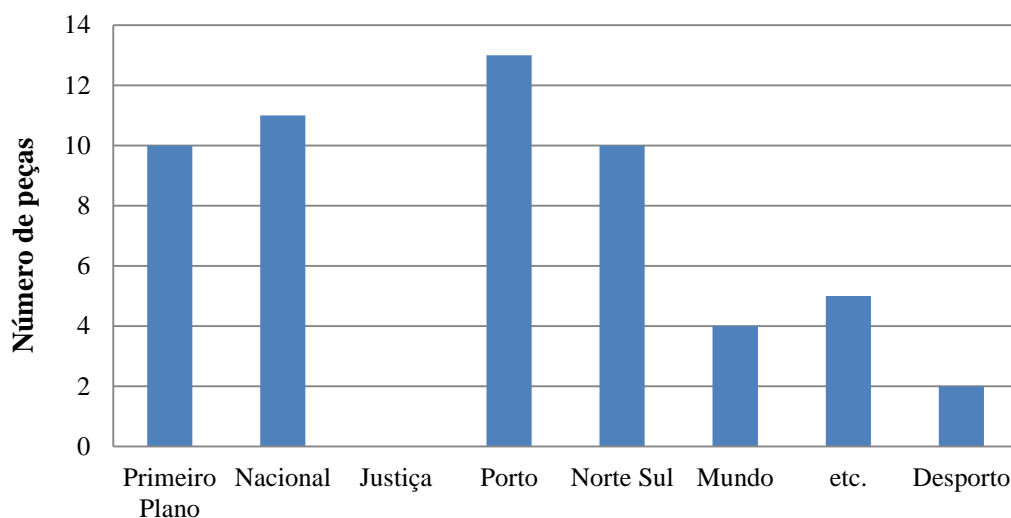


**Gráfico 2: Distribuição Semanal**



No que toca à secção em que as reportagens se integram, o Porto, o Nacional e o Norte Sul destacam-se das restantes, assim como o Primeiro Plano, uma secção de destaque no JN, que em 31 dias foi utilizada dez vezes para reportagens (gráfico 3). O Primeiro Plano – é importante sublinhar – é a primeira secção do jornal e pode apresentar peças de qualquer secção às quais queira conferir destaque, pelo que os números que mencionámos têm a sua importância na percepção da importância que o JN dá às reportagens.

**Gráfico 3: Distribuição por Secção**



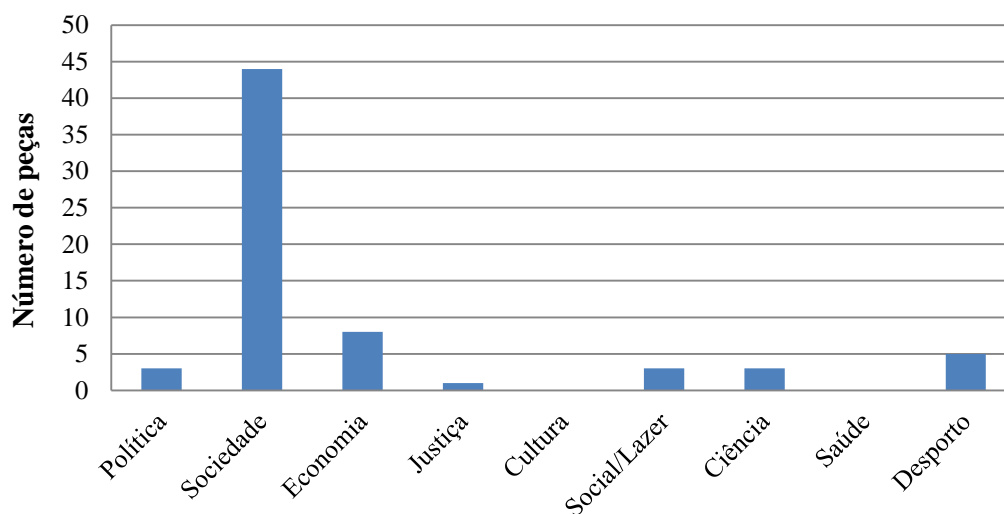
Na temática – e salvaguardando que há reportagens que se integram em mais do que uma<sup>3</sup> – a sociedade afasta-se claramente dos demais temas, com quase 66% das reportagens a inserirem-se – exclusivamente ou não – nesta temática (gráfico 4). Comparativamente, as restantes temáticas apresentam valores residuais, sendo contudo de sublinhar a economia e o desporto, apesar de bastante longe da sociedade. É importante dizer que a sociedade é uma temática muito abrangente, o que justifica, em parte, a posição destacada face às restantes.

---

<sup>3</sup> Para efeitos de contagem, optámos por atribuir uma unidade a cada temática em que a reportagem se pode inserir, ou seja, se uma peça pertencer simultaneamente à economia e à sociedade será atribuída uma unidade a cada uma destas temáticas. Por esta razão, o número de peças no gráfico 4 ultrapassa o número de peças existentes na amostra seleccionada.

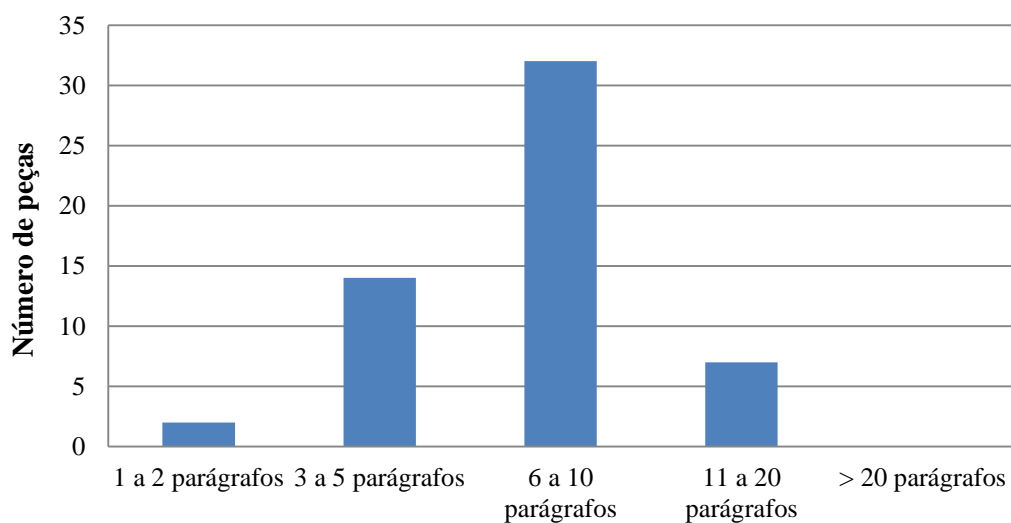


**Gráfico 4: Distribuição Temática**



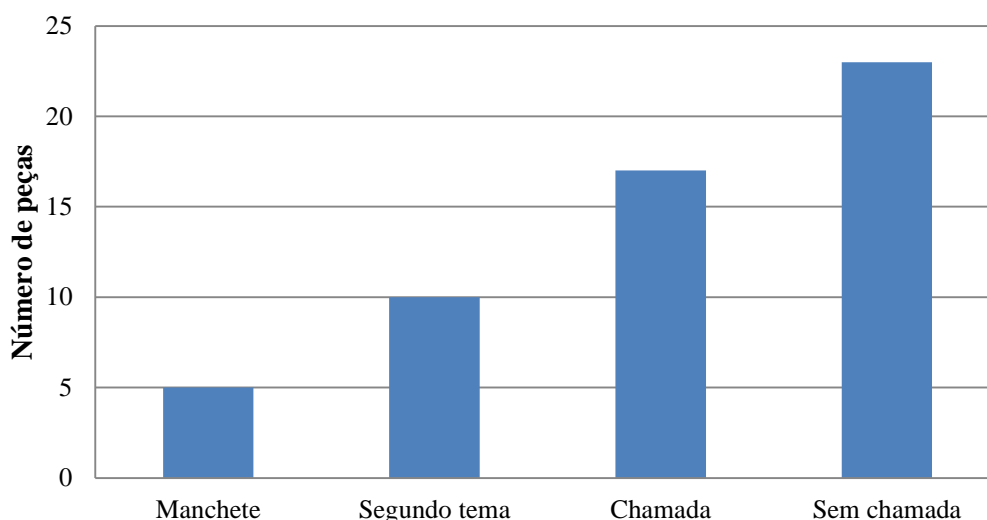
Quanto ao tamanho (gráfico 5), a maioria das reportagens situa-se entre os seis e os dez parágrafos, a categoria que podemos considerar como sendo de dimensão média. O número de peças muito pequenas é residual (apenas duas apresentam entre um e dois parágrafos), mas o mesmo não se pode dizer da categoria seguinte, cujas peças poderíamos classificar como pequenas (entre três e cinco parágrafos). Não chega à dezena o número de reportagens que ultrapassa os dez parágrafos e nenhuma destas apresenta mais de 20.

**Gráfico 5: Tamanho**

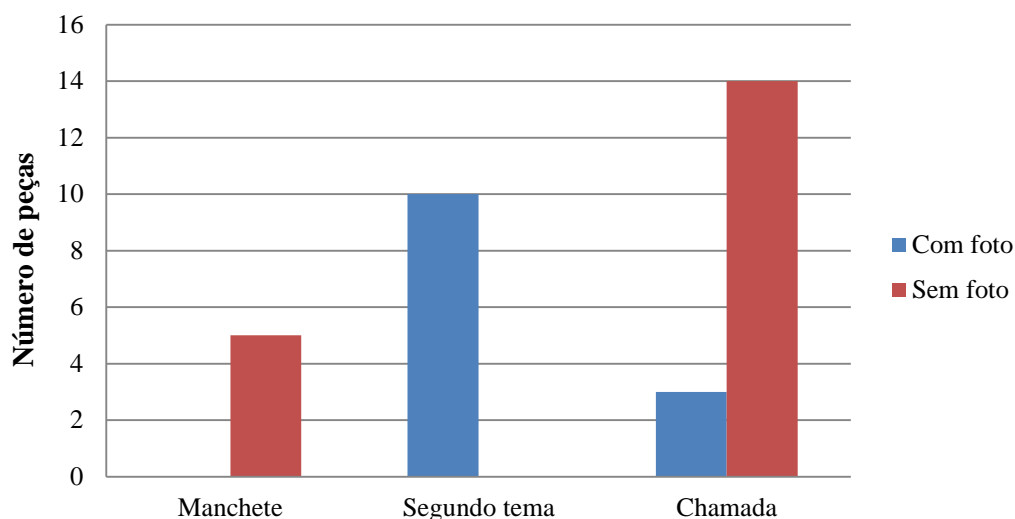


As reportagens estão, na maioria das vezes, presentes na capa do JN, sob a forma de chamadas de primeira página (gráfico 6). Uma minoria fez manchete, a maioria foi segundo tema, sempre acompanhado por foto (gráfico 7), ou apenas chamada, embora, neste último caso, quase sempre sem foto.

**Gráfico 6: Presença na Capa**



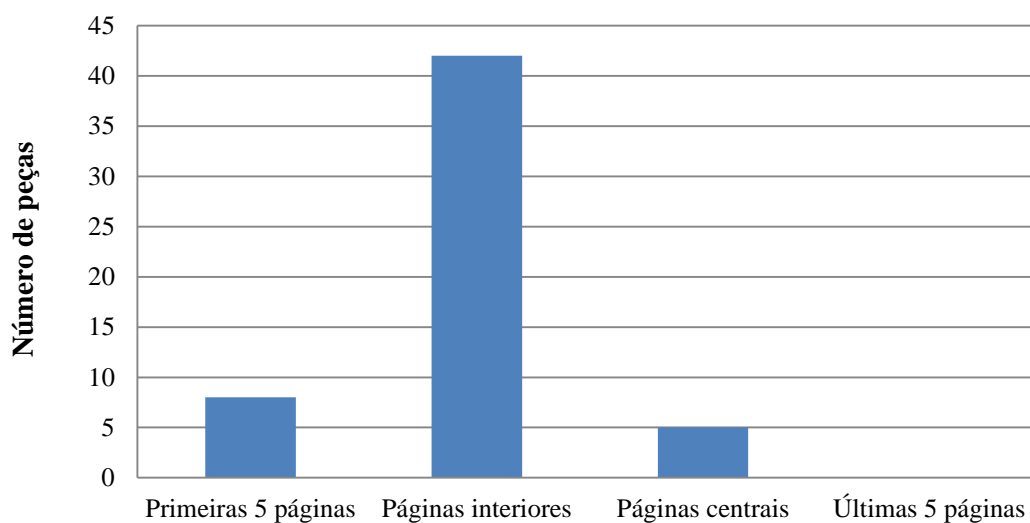
**Gráfico 7: Iconografia nas Chamadas de Capa**



A maioria das reportagens publicadas no mês de Dezembro surge nas páginas interiores do JN, com apenas cinco a ocupar as importantes páginas centrais e oito as cinco primeiras páginas (gráfico 8). No caso das primeiras cinco páginas, as reportagens

que aqui surgem coincidem sempre com a secção Primeiro Plano, o que o confirma como secção de destaque. Embora existam duas reportagens publicadas no Primeiro Plano que não se encontram nas primeiras cinco páginas, tal deve-se simplesmente ao facto de o assunto tratado se estender, nestes dois casos, a várias páginas, “empurrando” a reportagem, que geralmente surge depois da peça principal (uma notícia), para páginas mais avançadas, mas não muito distantes das primeiras cinco.

**Gráfico 8: Colocação no Jornal**

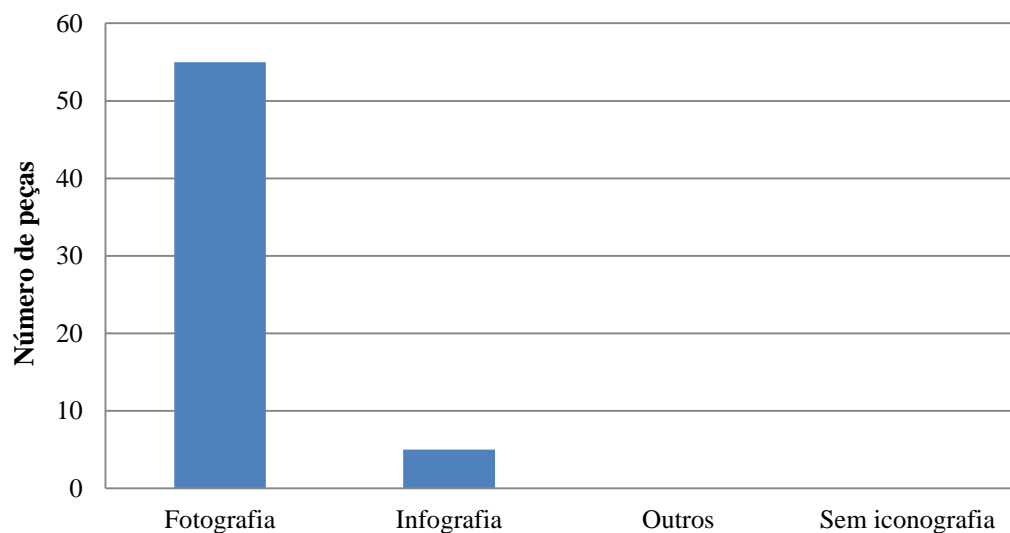


Todas as reportagens têm iconografia (gráfico 9)<sup>4</sup> e, especificamente, todas têm uma ou mais fotografias. A infografia, contudo, surge em apenas cinco das 55 reportagens da amostra em análise.

---

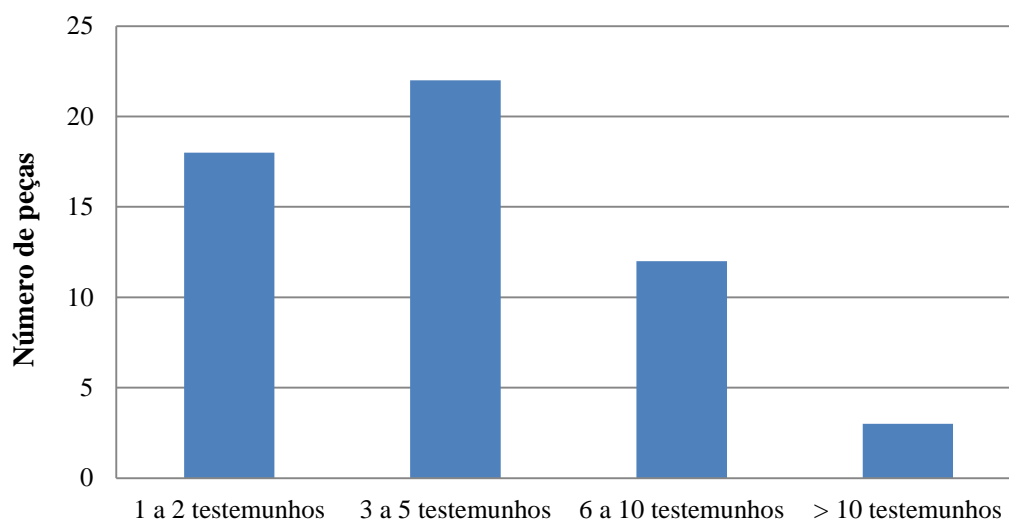
<sup>4</sup> *idem*

**Gráfico 9: Iconografia**



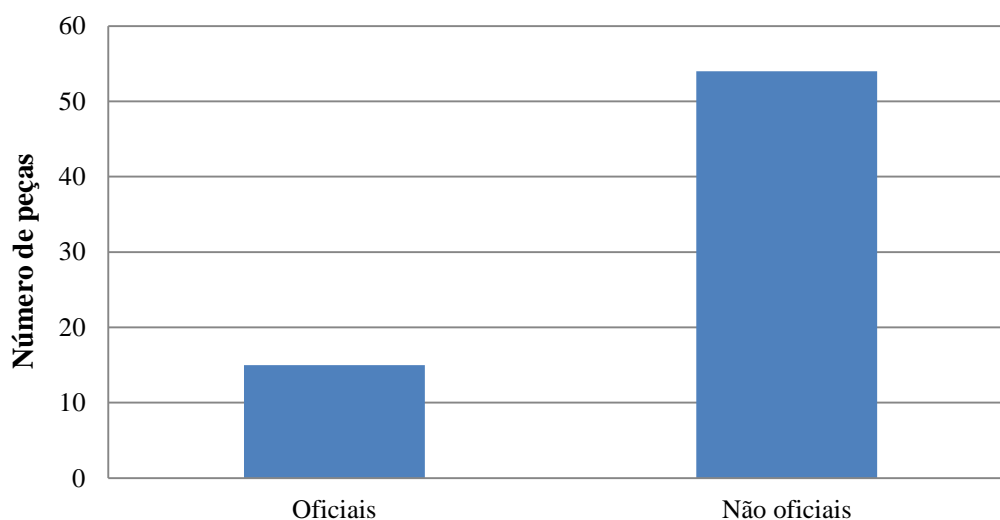
Sendo a maioria da amostra constituída por reportagens de citações, não será de admirar que uma boa parte das reportagens tenha um ou dois entrevistados (gráfico 10). Globalmente, a esmagadora maioria (mais de 70%) das reportagens conta com até cinco testemunhos, sendo o número de peças com mais de dez entrevistados relativamente residual.

**Gráfico 10: Número de Entrevistados**



O tipo de reportagens em maioria na amostra em causa volta a ter importância para o tipo (quanto à origem) de fontes utilizadas (gráfico 11)<sup>5</sup>. Sendo a maioria das peças pequenas reportagens de citações que constituem testemunhos relevantes para uma notícia, a maioria das fontes identificadas nas reportagens é não oficial (salvaguardando que há reportagens que recorrem aos dois tipos de fontes).

**Gráfico 11: Fontes**



Resta-nos, por fim, analisar os últimos dois tópicos: a execução no local e a execução por enviado especial. No primeiro caso, nem sempre é fácil perceber se os jornalistas se deslocaram ao terreno para a execução das reportagens, uma vez que muitas das reportagens, particularmente as de citações, poderiam ter sido feitas à distância, por telefone – como frequentemente vi fazer durante o meu estágio – ou outro meio. Uma prática a que, como adiante veremos, vários jornalistas do JN admitem recorrer. No entanto, mesmo naquelas em que possa existir alguma dúvida, o facto de todas as reportagens incluírem fotografias indica que foram todas realizadas no local, sobretudo quando nos referimos às de cariz local, que constituem uma boa parte da amostra: as secções Porto e Norte Sul, que têm um foco local (a primeira no Grande Porto, a segunda por todo o país), concentram mais de 40% das reportagens (gráfico 3).

---

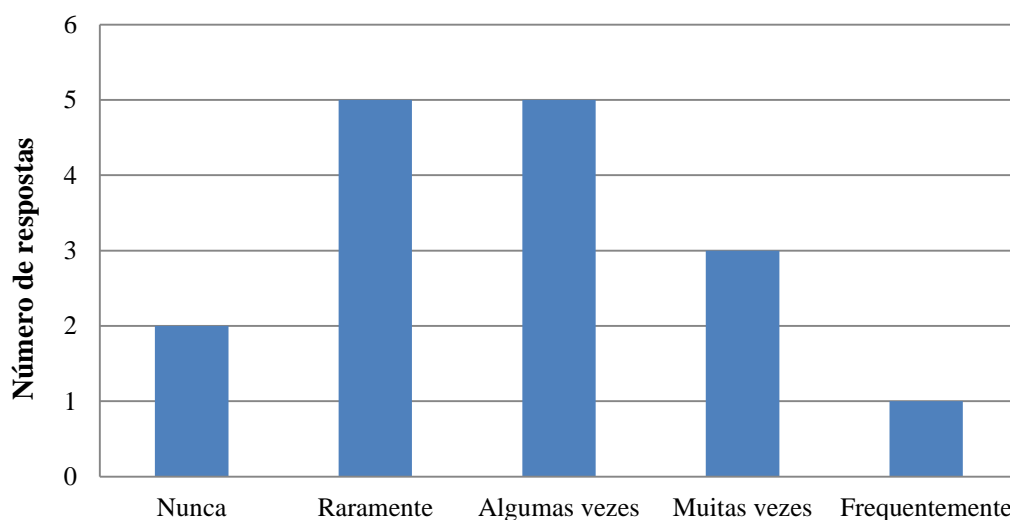
<sup>5</sup> *idem*

#### 2.4.2. Inquérito por questionário aos jornalistas do JN

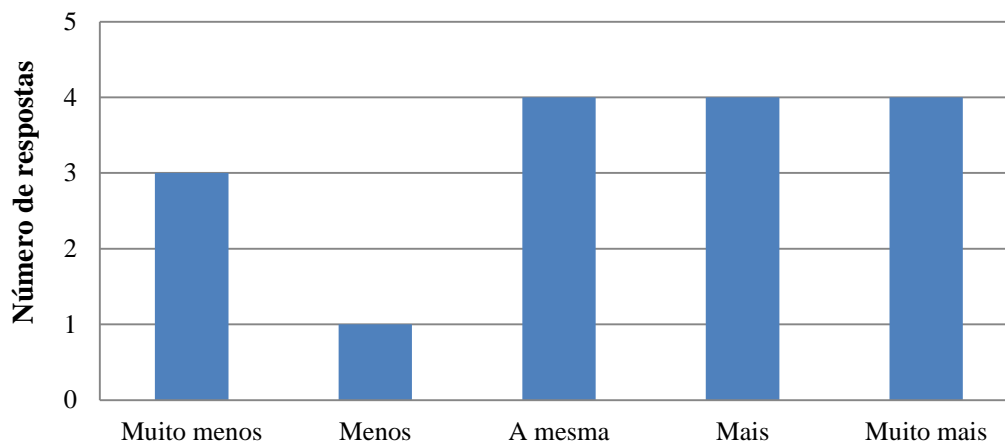
Ao inquérito enviado aos jornalistas do JN, responderam 16 pessoas. Às questões de escolha múltipla – construídas, como dissemos, com base na escala de Likert – obtivemos 16 respostas, mas à pergunta final, de resposta aberta, quatro dos participantes optaram por não responder, pelo que se registaram apenas 12 respostas.

Questionados sobre a frequência com que escrevem reportagens (gráfico 12), apenas um quarto dos jornalistas considera que o faz muitas vezes ou frequentemente. Cerca de 30% diz que o faz algumas vezes, e mais de 40% nunca ou raramente. Foi pedido aos jornalistas que comparassem esta realidade com a do início da sua carreira (gráfico 13), e metade dos jornalistas afirma que, nessa altura, escrevia mais ou muito mais reportagens. Um quarto admite que a situação não se alterou em termos de frequência e outro quarto considera que melhorou, uma vez que, quando começou a trabalhar, escrevia menos ou muito menos reportagens do que hoje. Analisando as respostas da cada jornalista individualmente, os que se mostraram mais pessimistas quanto à situação actual, respondendo que raramente ou nunca escrevem reportagens, consideraram, na maioria, que a situação piorou, embora dois refiram uma ligeira melhoria e um nenhuma alteração.

**Gráfico 12: Com que frequência produz reportagens?**

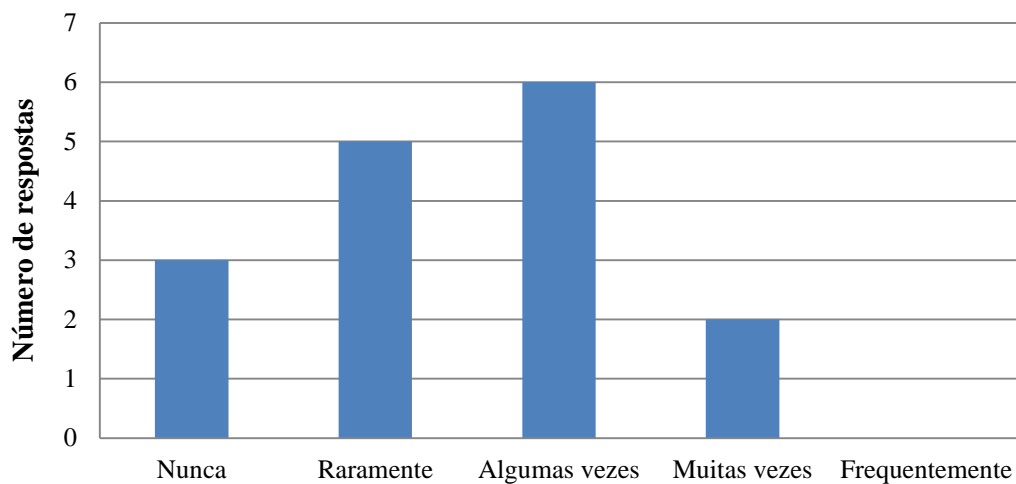


**Gráfico 13: Em relação ao momento actual, no início da sua carreira escrevia reportagens com mais ou menos frequência?**

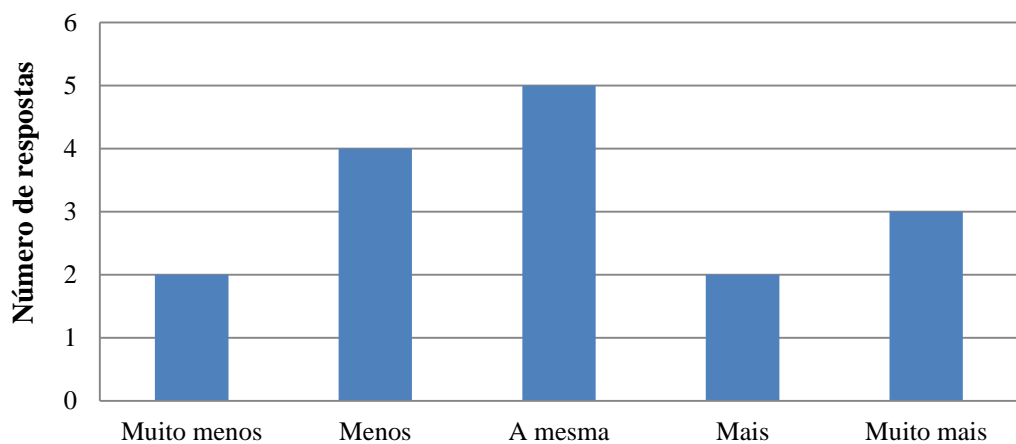


No que toca à realização de reportagens no terreno (gráfico 14), mais de um terço diz fazê-lo algumas vezes, enquanto metade admite que raramente ou mesmo nunca sai da redacção para fazer uma reportagem. Apenas dois jornalistas admitem fazê-lo muitas vezes e nenhum frequentemente. No que toca a comparações com o passado (gráfico 15), há um maior equilíbrio entre as respostas, com seis jornalistas a admitir que saem menos ou muito menos e o mesmo número a afirmar que sai mais ou muito mais vezes, enquanto cinco acham que não houve qualquer alteração. Os mais pessimistas quanto à evolução da produção de reportagens têm, grosso modo, uma avaliação também negativa quanto às idas ao terreno. Neste ponto, três consideram que a situação piorou, quatro que melhorou e um que se manteve igual.

**Gráfico 14: Com que frequência sai da redacção para realizar uma reportagem?**



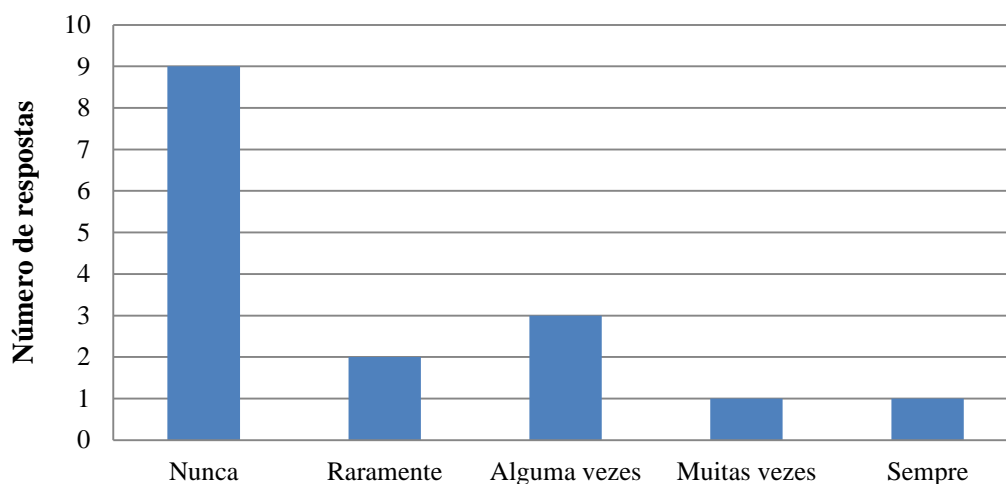
**Gráfico 15: Em relação ao momento actual, no início da sua carreira saía da redacção para realizar reportagens com mais ou menos frequência?**



Quando o tema é o sedentarismo (gráfico 16), a maioria diz que nunca ou raramente escreve reportagens sem sair da redacção, apenas uma minoria diz fazê-lo sempre ou muitas vezes.

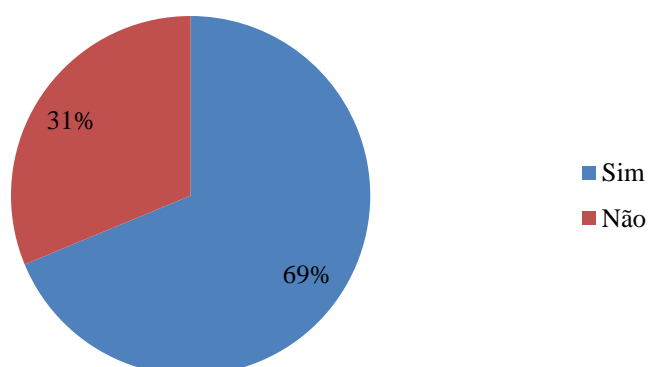


**Gráfico 16: Com que frequência escreve reportagens sem sair da redacção?**

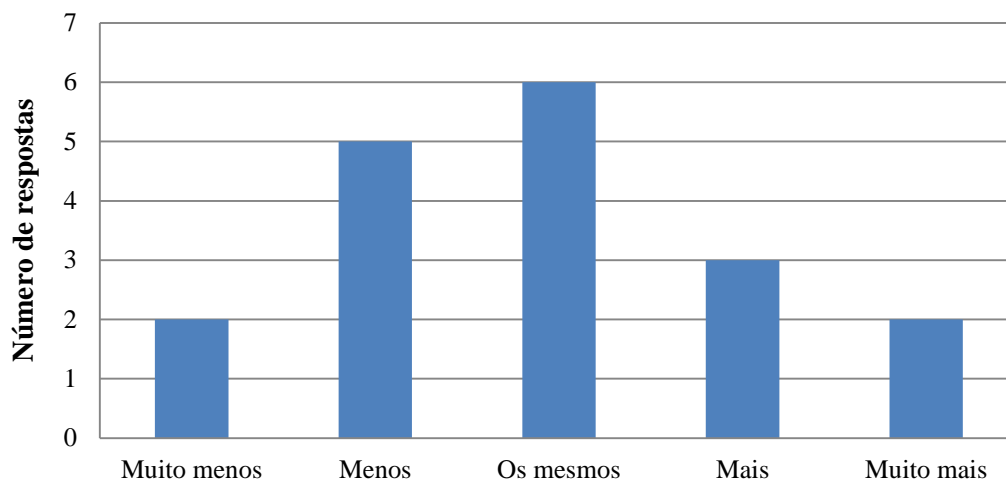


Quase 70% dos jornalistas inquiridos considera que dispõe de meios suficientes à realização de reportagens (gráfico 17). No entanto, há mais jornalistas a considerar que há hoje menos meios disponíveis do que no passado, comparativamente com os que acham que dispõem actualmente de mais meios (gráfico 18) – embora não se possa dizer que a diferença seja significativa.

**Gráfico 17: Na sua opinião, conta com meios (ex.: possibilidade de deslocação, acompanhamento de um repórter fotográfico, etc.) suficientes para produzir reportagens?**

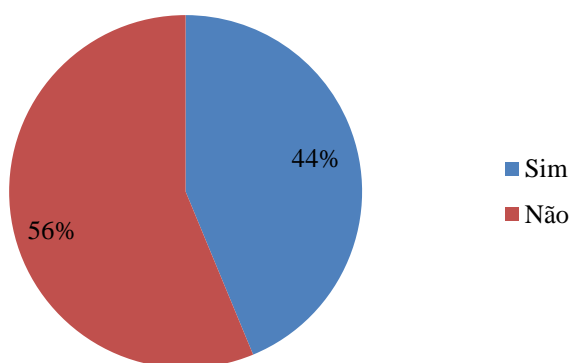


**Gráfico 18: Conta hoje com mais ou menos meios para a produção de reportagens do que no início da sua carreira?**

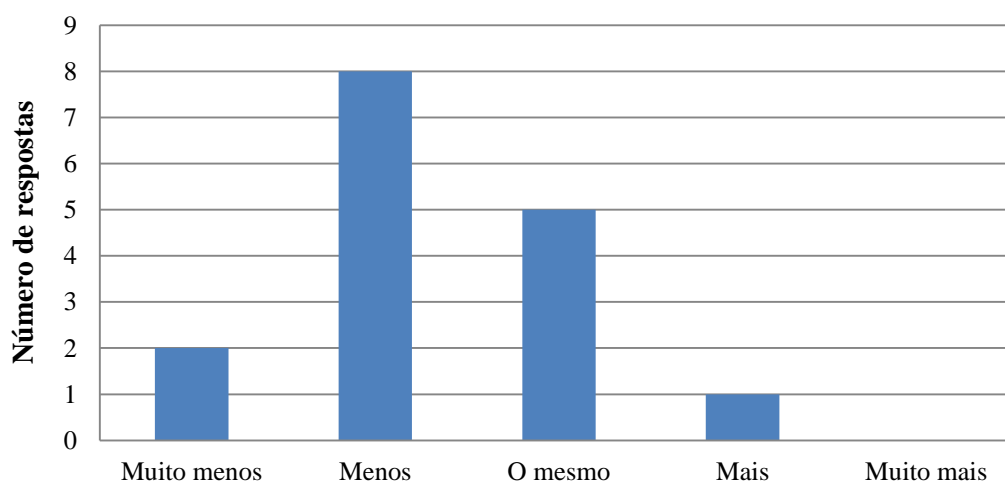


O tempo – um meio, como já explicámos, de grande importância para o desenvolvimento de reportagens – apresenta uma distribuição de respostas relativamente equilibrada (gráfico 19). O “não” reúne, contudo, mais consenso, com 56% dos jornalistas a considerar que não dispõe do tempo necessário à realização de uma reportagem. Apesar do relativo equilíbrio, a maioria (mais de 60%) dos inquiridos considera, ainda assim, que hoje dispõe de menos ou muito menos tempo do que no passado (gráfico 20), com apenas um (correspondendo a cerca de 6% do número total de respostas) a afirmar ter hoje mais tempo disponível. Pouco mais de 30% considera que a situação não se alterou.

**Gráfico 19: Na sua opinião, é-lhe dado tempo suficiente para produzir este tipo de trabalho?**

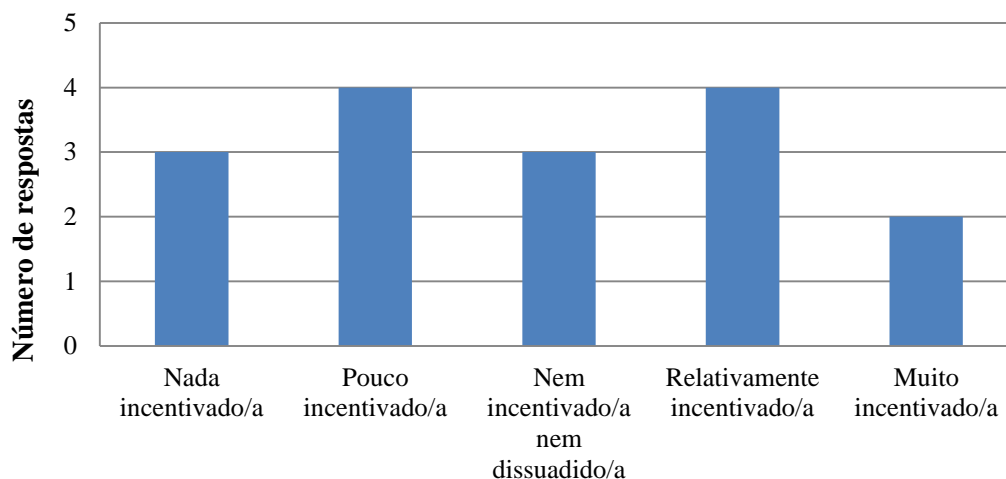


**Gráfico 20: Conta hoje com mais ou menos tempo do que no início da sua carreira?**



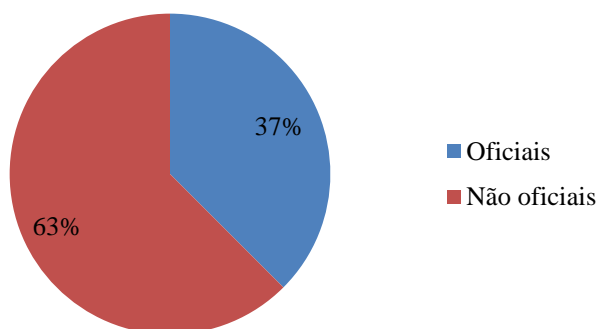
Sensivelmente o mesmo número de jornalistas considera que é pouco ou nada incentivado a produzir reportagens e relativamente ou muito incentivado (gráfico 21). Menos de 20% coloca-se no meio, afirmando não se sentir incentivado, mas também não dissuadido. Apesar desta dispersão, todos os jornalistas responderam que gostariam de trabalhar mais em reportagens, se lhes fosse dada a oportunidade para isso.

**Gráfico 21: Sente-se incentivado/a a fazer reportagem/investigação?**



Quanto à origem das fontes utilizadas (gráfico 22), a maioria (mais de 60%) admite recorrer mais frequentemente a fontes não oficiais quando escreve uma reportagem, o que está em linha com o que aferimos acerca das fontes mais utilizadas na amostra em análise e cujas conclusões se devem cruzar com as respostas dos jornalistas: sendo a maioria das reportagens classificada como reportagem de citações, que tem por base uma entrevista servindo de testemunho a determinado facto ou acontecimento noticiado, é normal que a maioria dos jornalistas recorra a fontes não oficiais ao realizar reportagens.

**Gráfico 22: Quando faz uma reportagem a que fontes recorre mais frequentemente?**



Na última questão, de resposta aberta, os jornalistas mostraram, no geral, uma concordância quanto à evolução da importância da reportagem na Imprensa escrita portuguesa. Questionados sobre a existência de mudanças, 11 dos 12 jornalistas que responderam a esta questão disseram que sim. Se uns não duvidam que a reportagem perdeu efectivamente importância, outros insistem que a reportagem continua a ser tão ao mais importante do que no passado, embora admitam que ela perdeu espaço e destaque na Imprensa portuguesa. Quanto à forma e motivos, são elencados vários: falta de tempo, sedentarismo, falta de “boas histórias”, as exigências das plataformas digitais e as características do seu público, a redução do número de jornalistas nas redacções, a diminuição do espaço disponível nos jornais, a abundância de informação que chega às redacções diariamente e as exigências da agenda. Importa reproduzir as referidas respostas na íntegra:

- 1) “Há cada vez menos reportagens porque há menos tempo para fazer jornalismo.”
- 2) “Sim. O Jornalismo mudou. Faltam repórteres na rua. Faltam boas histórias. Falta tempo para pensar.”
- 3) “Sim. Por causa da necessidade de a potenciar nas diferentes plataformas.”
- 4) “Sim. Faz-se cada vez menos reportagem, principalmente porque as redacções têm cada vez menos jornalistas, os jornais têm menos páginas, ou seja, menos espaço. Além do imenso caudal de informação diária que nos chega.”

- 5) “Falta de pessoal nas redacções para atender à agenda, só por si, quanto mais para acrescentar valor com reportagem. O *online* consome pouca reportagem e valoriza mais o artigo curto, surpreendente, com muitas imagens ou infografias. Tudo isso se produz na secretária em  $\frac{1}{10}$  do tempo da reportagem.”
- 6) “A reportagem é fundamental, toda a gente o reconhece, mas os meios disponibilizados, designadamente em termos de tempo, são cada vez menos.”
- 7) “Cada vez mais importante, com o adento das redes sociais.”
- 8) “Sim. É mais importante para transmitir realidades além das veiculadas pelas redes sociais, que se limitam a ir ao encontro das preferências e tendências das pessoas.”
- 9) “É um género jornalístico que infelizmente tem vindo a perder importância nos jornais, em detrimento da notícia. Falta tempo para realizá-la e espaço para publicá-la.”
- 10) “Sim. Por falta de espaço e esvaziamento das redacções.”
- 11) “A reportagem não perdeu importância. Porém, perdeu peso no rol de prioridades da generalidade dos órgãos de comunicação social, em consequência de vários factores, designadamente a cada vez maior escassez de recursos humanos e, no caso dos jornais, escassez de espaço para publicação de notícias. As notícias do dia acabam por assumir prioridade relativamente à reportagem enquanto género jornalístico.”

## **2.5. Discussão dos resultados**

Os resultados referentes à produção de reportagens no JN e ao inquérito feito aos jornalistas, apesar de constituírem um contributo muito pequeno e de não poderem, por isso, ser generalizados, levantam questões que importa explorar e que se relacionam directamente com o actual panorama mediático. Se os jornalistas e os investigadores têm sido, quase sempre, pessimistas em relação ao lugar da reportagem no jornalismo de hoje e, especialmente, de amanhã, os resultados deste breve estudo revelam que muitas das suas preocupações são justificadas.

Como vimos, as reportagens publicadas pelo JN em Dezembro de 2017 concentram-se sobretudo aos fins-de-semana e feriados, têm maioritariamente um foco local, são de tamanho médio ou pequeno e nunca ultrapassam os 20 parágrafos, têm, normalmente, destaque na capa, situam-se esmagadoramente nas páginas de menor destaque, têm sempre algum tipo de iconografia (sempre fotografia, raras vezes infografia), recorrem à entrevista mas apresentam poucos testemunhos (mais de 30% das reportagens apenas entre um e dois testemunhos, 40% entre três e cinco, cerca de 20% entre seis e dez, apenas cerca de 5% mais de dez), baseiam-se maioritariamente em fontes não oficiais e, embora sejam sempre feitas no terreno, raramente o são por enviados especiais.

Dos dados apresentados, a primeira conclusão parece ser que o JN teve, em Dezembro do ano passado, uma abundante produção de reportagens: 55 reportagens num mês é, de facto, um número relevante. Tal não significa, todavia, que haja muito investimento em reportagem. Na verdade, apenas uma minoria das reportagens atinge, como vimos, uma dimensão considerável. Passando dos aspectos formais ao conteúdo, é evidente, a partir da análise que fizemos, que a dimensão interpretativa da reportagem ficou esquecida em quase todas as peças. Assim, proliferam as peças de tamanho, poder-se-á dizer, médio, com poucos – e frequentemente só um – testemunhos e baseadas em entrevistas, podendo assim incluir-se nas reportagens de citações. As reportagens de citações constituem, de resto, a esmagadora maioria da amostra, o que nos leva a concluir que, no caso do JN, não é propriamente a reportagem que está a perder terreno, mas sim a sua dimensão interpretativa. O JN, como publicação de cariz mais popular, apresenta muitas reportagens de foco local, mas que também não apresentam a referida dimensão – não interpretam, não aprofundam e também não exploram as potencialidades deste género jornalístico no que ao estilo e à estrutura diz respeito (recordamos que é a liberdade expressiva da reportagem que a distingue de um género meramente informativo como a notícia).

Um exercício simples que pode ajudar a compreender melhor o tipo de reportagem que o JN publica é o de seleccionar, da amostra em análise, uma reportagem “média”. É certo que não existe uma fórmula para o fazer, mas tentámos aproximar-nos

de um exemplo o mais representativo possível. Para isso calculámos a média do número de parágrafos, do número de testemunhos citados e dos destaques de capa, e a moda dos restantes indicadores (uma vez que não se expressam em números). A reportagem “média” é publicada ao fim-de-semana, insere-se na categoria reportagem de citações, tem um foco local, surgindo com maior probabilidade na secção Porto, inclui-se na temática sociedade, tem em média 7,74 parágrafos, tem destaque na capa (geralmente, sob a forma de chamada de capa sem imagem), situa-se nas páginas interiores do jornal, apresenta iconografia (mais especificamente fotografia), tem entrevista e cita em média 4,4 testemunhos, apresenta fontes não oficiais, é feita no local e não é da autoria de um enviado especial. A reportagem seguinte (figura 1) apresenta ou aproxima-se de quase todas estas características, pelo que poderá servir de modelo.



**Porto****Registo 450 clínicos com mais de 90 anos**

Há cerca de nove mil médicos registados na Ordem com mais de 66 anos, 450 deles com mais de 90. São mais homens do que mulheres, resquícios de outros tempos. Ainda assim, a Ordem dos Médicos não tem dados sobre se estão ou não a exercer, já que podem manter a cédula mesmo depois de terminarem atividade.

**Consultas iam de burra ou a cavalo ver doentes**

Os mais velhos são do tempo em que os acessos para as aldeias eram escassos e em terra. Por isso, iam de burra ou a cavalo para chegar às casas distantes. "Operávamos coisas incríveis, cataratas que pareciam pedra", conta Francisco. E Flores recorda que as pessoas ficavam a espreitar a janela para ver como ele era.

S. João da Madeira Continuam a dar consultas após a reforma e juntam-se semanalmente para almoçar. No total, somam 305 anos

# Médicos sem idade



**Catarina Silva**  
locais@jn.pt

► São do tempo em que iam de burra ver pacientes e, no total, somam 305 anos. As contas são feitas de cabeça pelo doutor Flores, durante mais um dos muitos "repastos" que fazem à quarta-feira. São quatro médicos, amigos, e continuam a exercer mesmo após a reforma, embora um deles tenha falhado o último almoço.

Flores Leite é o mais velho na mesa. "Iá são 91 anos e meio", atira. Logo seguido por Francisco Costa, de 80. No fim vem "o jovem do grupo", como ele diz, Rui Melelo, que conta 69. Os dois últimos são oftalmologistas, Flores é de medicina interna. "Interna, externa, obliqua", brinca quem dá consultas desde 1950.

Em S. João da Madeira, são mais conhecidos que o Papa, ou não tivessem já atravessado três gerações de famílias. "Tenho uma paciente que já é avó e que começou a vir ao meu consultório ao colo da avó", conta Flores, que tem as por-

tas abertas 24 horas. Durante o dia, no consultório da Praça Luís Ribeiro, à noite em casa. "Estávamos reformados, mas não conformados", graça quem continua a dar consultas porque ainda se sente útil. Rui acrescenta: "É porque não queremos estar parados". Os consultórios distam 100 me-

tros, uma "desculpa" para se juntarem à mesa todas as semanas.

Chamam-lhe a "tritúlia" e falam de quase tudo. "Política raramente e fofuques nunca", garante Flores. Até compram o mesmo livro para lerem em simultâneo e poderem trocar opiniões. "Iá comeci o do Dan

Brown", espicaça ele, o único que não se rende às novas tecnologias. Rui e Francisco têm tudo informatizado e procuram atualizar-se em congressos. Flores, não. Não tem telemóvel nem computador. "Não preciso de nada disso. Todos os dias leio revistas e livros da especialidade.

Sou de uma minoria sobrevivente", atira com orgulho.

Iá só dão consultas nos próprios consultórios a "clientes" fieis, e às vezes até por telefone. Mas todos passaram pelos hospitais. Rui lembra que fizeram parte da criação do Serviço Nacional de Saúde. Conta que ia para aldeias remotas e que fazia de tudo, até planeamento familiar, por 750 escudos. "Claro que ao segundo dia estava lá o padre, para ter uma conversa comigo", recorda.

Hoje, olham com desconfiança para o futuro dos novos médicos. "A maior parte da minha atividade de agora é a ver doentes que foram mal atendidos nas urgências", lamenta Francisco, considerando que "os médicos de hoje são industriais de medicina, porque a medicina é uma indústria, falta tempo para falar com o doente". Defendem que ser médico é dar tudo o que têm. Como se faz com os amigos. "Se um dia um de vocês se for, eu vou-me abaixo. Somos inteligência de enxame, separados não damos nada", remata Flores. ●

## Um doutor poeta que não se rende à tecnologia



Entrar no consultório do dr. Flores é fazer uma viagem no tempo

► Entrar no consultório do doutor Flores é viajar no tempo. Livros por todo o lado, estetoscópios antigos, não há televisor nem computador. Ainda assim, em nada parecido ao seu primeiro, numa garagem, em 1952. Já lá vão os tempos em que ganhava 100 escudos por mês, mas nem tudo mudou assim tanto para quem vai a pé todos os dias trabalhar. Estudou Medicina em Coimbra, por influência dos amigos médicos do pai, numa altura em que se havia descoberto a cura para a diabetes. Ainda procura os medicamentos num livro que mais parece uma enciclopédia, e sonha ver os poemas que escreve diariamente publicados em livro.

Figura 1: Reportagem publicada a 30 de Dezembro de 2017 no Jornal de Notícias.

Como facilmente se percebe, trata-se de uma reportagem não muito longa, de pouca profundidade, baseada no testemunho de três indivíduos, com pouca contextualização acerca do assunto tratado. Vejamos: esta reportagem foi publicada a um Sábado, 30 de Dezembro, na secção Porto e, naturalmente, com foco local, insere-se na temática sociedade, tem sete parágrafos, não tem chamada de capa, situa-se nas páginas interiores, apresenta duas fotografias e entrevista três testemunhos que correspondem a três fontes não oficiais e foi, à partida, feita no local. Sendo o foco local, não existe naturalmente um enviado especial. Esta pequena reportagem entrevista três médicos com mais de 66 anos, centrando-se na experiência destes clínicos sobre a forma como praticam medicina hoje e no passado, no estado actual da saúde no país e, sobretudo, na relação de amizade entre os três e o convívio regular que mantêm. A contextualização do tema limita-se a uma orelha, uma pequena nota no topo da página, sobre os médicos com uma idade para lá da idade da reforma (66 anos) e que estão registados na Ordem dos Médicos. São indicados os números, o género da maioria destes clínicos e pouco mais.

Sem ter a pretensão de corresponder aos tópicos enunciados como os que definem uma reportagem representativa, podemos também indicar como outro bom exemplo uma das reportagens (figuras 2 e 3) – de citações, novamente – que acompanham notícias e que são bastante frequentes.

**Nacional****Retribuição mínima mensal garantida**

FONTE: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO SOBRE RHPPG



**Trabalho** Governo considerou inaceitável a exigência dos patrões para congelar a legislação laboral. Há 10 anos que não au

# Salário mínimo sobe para os 580 euros sem acordo

Lucília Tiago

ltiago@dinheirovivo.pt

► O salário mínimo nacional (SMN) vai aumentar para 580 euros a partir de janeiro de 2018, mas desta vez a subida será feita sem o acordo dos parceiros sociais – algo que já não sucedia há pelo menos 10 anos. A falta de consenso não resultou do novo valor, mas das condições que as confederações patronais colocaram e que, segundo o ministro do Trabalho, Vieira da Silva, não eram possíveis de concretizar porque, avisou, o Governo “não subscreve um acordo que tem um preço inaceitável”.

Assumindo uma posição comum, as confederações patronais exigem a concretização integral do acordo de Concertação Social assinado no início do ano, reclamando, em concreto, uma redução das contribuições das empresas para

os Fundos de Compensação do Trabalho (FCT) de 1% para 0,2%, uma alteração do pagamento por conta do IRC e a garantia de estabilidade na legislação laboral.

Foram estas exigências que, adiantaria Vieira da Silva no final da reunião, inviabilizaram que pudessem ser feita uma adenda ao acordo e que esta fosse rubricada, se não por todos, pela maioria dos parceiros sociais.

“Não viemos aqui discutir o valor do salário mínimo para 2018. Isso estava definido à partida no programa do Governo. O que viemos aqui solicitar foi o cumprimento integral do acordo de 2017”, precisou o presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), António Saraiva enumerando algumas das matérias que falta cumprir, como a estabilidade das relações laborais, os FCT ou a formação profissional. Uma posição

**Europa : comparação dos valores anualizados em 2017**

Bulgária	235€
Roménia	275€
Lituânia	380€
Letónia	380€
República Checa	407€
Hungria	412€
Croácia	433€
Eslováquia	435€
Polónia	453€
Estónia	470€
<b>Portugal</b>	<b>650€</b>
Grecia	684€
Malta	736€
Eslovénia	805€
Espanha	826€
Reino Unido	1397€
França	1480€
Alemanha	1498€
Bélgica	1532€
Holanda	1552€
Irlanda	1563€
Luxemburgo	1999€

\*Valor equivalente a: 650 X 1,2 MESES= 7800€, ou seja 7800€/14= 557€

FONTE: EUROSTAT - INFOGRÁFICA IN

acompanhada – pelo presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Vieira Lopes, ao acrescentar que, apesar deste desfecho menos positivo, “a Concertação Social continua”.

“Houve da parte dos empregadores um conjunto de reivindicações que consideramos impossíveis de cumprir”, começou por dizer o ministro, enumerando três. Uma delas solicitava ao Governo que se compromettesse a manter a legislação laboral inalterada. Algo que Vieira da Silva classificou como inaceitável. “Esta é uma competência do Governo e da Assembleia da República e não podia ficar expresso num acordo de Concertação Social o congelamento da legislação laboral”, precisou. No seu programa, o Governo comprometeu-se a legislar no sentido de dinamizar a contratação coletiva e de reduzir a segmentação do mer-

**Reportagem**

## Passou muitos sacrifícios e fome para criar os filhos

► Cidália Almeida trabalhava numa fábrica de estofos, ganhava bem, mas uma doença grave do filho obrigou-a a abandonar o emprego. Quando teve condições para regressar ao mercado de trabalho, conseguiu um lugar nos serviços gerais do lar da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel e é nessa instituição que trabalha, oito horas por dia, há 16 anos. Sempre auferiu o salário mínimo e nunca sentiu que os aumentos negociados, ano após

ano, por Governo e confederações sindicais e patronais tivessem impacto na sua economia doméstica. “O aumento anual da renda de casa, que agora é de 350€, foi quase sempre maior do que o aumento do ordenado”, justifica quem considera “muito pouco” a fixação do salário mínimo nacional nos 580€. “Gostava de ver os governantes a viver com esse ordenado”, refere.

Aos 52 anos, Cidália Almeida sabe do que fala quando critica o



Cidália Almeida: “O aumento anual da renda de casa foi quase sempre maior do que o aumento do ordenado”

Figura 2: Reportagem publicada a 20 de Dezembro de 2017 no Jornal de Notícias.

## 713

### mil trabalhadores

recebem atualmente o salário mínimo. Equivalem a 21,6% de todos os trabalhadores. Há mais mulheres a receber este tipo de remuneração (53,6%) e é praticada sobretudo nas microempresas (48,4%).

mentava sem consenso

cado de trabalho e, ontem, o ministro reiterou o cumprimento desses objetivos. Igualmente de impossível concretização é a exigência de redução do desconto das empresas para o FCT. E o mesmo se passou relativamente à mudança nos pagamentos por conta. O Governo tem na sua agenda a criação de várias medidas de simplificação e manifestou abertura para discutir o pagamento por conta.

A UGT, que tinha adiantando estar disponível para aceitar uma suspensão das comparticipações para os FCT caso os patrões assinassem um acordo, lamentou a falta de consenso.

Já Arménio Carlos manteve a defesa dos 600 euros e referiu que a reunião de ontem serviu para confirmar "que o Governo finalmente percebeu que não pode continuar a ceder às exigências dos patrões".

valor do SMN. Divorciada, teve, ao longo da última década, de "fazer muitos sacrifícios" e tirar "comida da própria boca" para alimentar os três filhos que continuam a partilhar a habitação que arrendou em Penafiel. "O meu ordenado serve apenas para pagar as despesas fixas. Depois, tenho de governar-me com os cerca de 200€ do subsídio de invalidez do meu filho", explica. Dinheiro que nem sempre chega para as necessidades mais básicas e para pagar o passe de comboio que permitiu a um dos filhos tornar-se, recentemente, engenheiro. "Se não fosse a ajuda da minha filha mais velha, tinha passado fome muitas vezes. Foi ela que me deu dinheiro para pagar várias contas da água e luz", revela.

Ao IN, não mostra dúvidas relativamente ao montante mínimo que um trabalhador deveria auferir: "Para se viver com dignidade, seriam mil euros. Eu ganho metade".

ROBERTO BESSA MOREIRA

## Municípios querem integrar precários

**VÍNCULOS** A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) defende a integração de precários na Função Pública, estando, no entanto, à espera da proposta do Governo sobre a questão.

Para o presidente da ANMP, Manuel Machado, as regras devem ser iguais para Administração Central e Local.

"Ainda não foi apresentada a proposta do Governo, mas tudo

indica que será abordada na Lei do Orçamento do Estado. Mantenho a minha posição de que o princípio deve ser igual, seja na administração central, seja na administração local", defende Manuel Machado, admitindo que ao nível municipal seja mais complicado, dada a diversidade de situações.

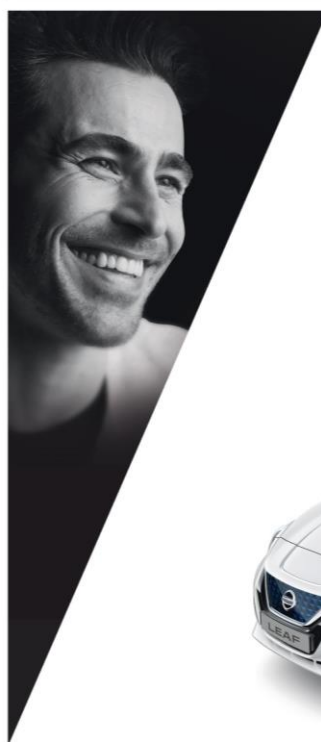
"Somos os primeiros a defender, quer o descongelamento das carreiras na função pública, quer a definição dos títulos precários, que são bastantes", aponta o também presidente da Câmara Municipal de Coimbra, embora não saiba precisar o número, "porque muda todos os dias".

Manuel Machado anuncia ain-

da que está prevista uma reunião, no primeiro semestre de 2018, entre a ANMP e a Federação Espanhola de Municípios e Províncias, para tratar de assuntos que sejam de interesse comum. "Já há um grupo de trabalho para analisar competências e financiamentos das autarquias e outro para analisar os fundos comunitários e as relações internacionais", recorda Manuel Machado.

A reunião deverá decorrer em Madrid e há vontade de ambas as associações de alargar a cooperação com municípios do Sul de França, Itália e Grécia, criando uma rede de municípios do Mediterrâneo. JOÃO PEDRO CAMPOS

Publicidade



NISSAN INTELLIGENT MOBILITY

## Novo Nissan LEAF SIMPLY AMAZING

**OBRIGADO AOS 1.000 CLIENTES  
NISSAN LEAF QUE CONFIARAM NA  
MOBILIDADE ELÉTRICA.**

**NISSAN LEAF O LÍDER EM PORTUGAL**



### DESCUBRA O NOVO NISSAN LEAF

O Nissan LEAF foi o primeiro veículo 100% elétrico a ultrapassar as 1.000 unidades vendidas em Portugal. Só temos uma coisa a dizer: 1.000 vezes obrigada!

Agora voltamos a superar os limites do estabelecido e apresentamos o Novo Nissan LEAF com 378 km de autonomia e equipado com as mais inovadoras tecnologias Intelligent Mobility, como o e-Pedal, o ProPilot e o ProPilot Park. Em duas palavras:

**Simply Amazing. Descubra-o em [nissan.pt](http://nissan.pt)**

Zero emissões de CO<sub>2</sub> durante a sua utilização.



Figura 3: Reportagem publicada a 20 de Dezembro de 2017 no Jornal de Notícias.



Neste caso, temos uma notícia que nos informa que o salário mínimo nacional vai aumentar por decisão do Governo, a partir do início do ano seguinte. Na reportagem que acompanha a notícia é apresentado o testemunho de alguém que aufero o salário mínimo e que conta as dificuldades em gerir o orçamento familiar com este rendimento. A notícia lança o mote, a reportagem acrescenta um testemunho. No primeiro caso há uma contextualização muito breve e de pouco destaque, no segundo não se pode dizer que exista – mesmo assumindo a existência da notícia em cima, não se pode dizer que ela contextualize, mas sim que dá o mote ao tema. Esta peça noticiosa a intenção do Governo de aumentar o salário mínimo, enquanto a reportagem apresenta a experiência de alguém que vive com este rendimento, pelo que contextualizar significaria apresentar dados sobre a população que, tal como a entrevistada, aufero o salário mínimo ou sobre os desafios que podem enfrentar face a uma relação entre esse rendimento e o custo médio de vida, etc..

Em suma, nenhuma das duas apresenta grande profundidade. A reportagem é, como dissemos, um género interpretativo – é precisamente essa dimensão que parece estar ausente nestas e na esmagadora maioria (não em todas) das reportagens publicadas em Dezembro. A reportagem deve ultrapassar a simples apresentação dos factos – que é a função da notícia – e procurar interpretá-los e apresenta-los de um ângulo particular ou original.

Após a análise destas duas peças, é ainda importante referir que não encontrámos – embora o termo seja, como dissemos na revisão bibliográfica, discutível – nenhuma grande reportagem, nenhuma investigação de folgo, em profundidade.

As respostas dos jornalistas estão, em boa parte, em concordância com os resultados da análise da publicação de reportagens: mais de 40% admite nunca ou raramente escrever reportagens, metade acha que no início da carreira escrevia mais, metade admite que raramente ou nunca sai da redacção para o fazer, pouco mais de metade considera que não dispõe de tempo suficiente e mais de 60% que tem hoje menos tempo do que quando começou a trabalhar. A maioria considerou também que a importância e/ou o destaque da reportagem na Imprensa escrita portuguesa se alterou e apresenta para isso motivos como a falta de tempo, o sedentarismo, a Internet e as

características do seu público, a redução do número de jornalistas nas redacções, a redução do espaço disponível nos jornais, a abundância de informação que chega às redacções diariamente e as exigências da agenda. No entanto, nem todas as respostas vão no mesmo sentido: a grande maioria diz que nunca ou raramente escreve reportagens sem sair da redacção e quase 70% considera que dispõe de meios suficientes à realização de reportagens. No geral, contudo, os jornalistas corroboram o cenário traçado no início deste trabalho, indiciando a confirmação da hipótese colocada inicialmente.

Para este cenário concorrem os factores que mencionámos na referida hipótese: a aceleração dos ciclos noticiosos e as restrições orçamentais. Se os dados da análise à produção de reportagens o sugerem, as respostas dos jornalistas ao questionário parecem confirmá-lo.

É inegável que o trabalho jornalístico tem sofrido alterações, que se devem a mudanças tecnológicas, sociais e económicas responsáveis pela implementação de novos modelos de negócio, assentes na redução de recursos humanos (Rottwilm, 2014, p. 4). Essas mudanças reflectem-se na produção jornalística, como é o caso da reportagem. Se é certo que o jornalismo foi sempre dependente da tecnologia – “o exercício da nossa profissão muda a cada salto tecnológico”, escreveu recentemente o jornalista Paulo Dentinho num artigo em que se questiona se “ainda precisamos de jornalistas” (Dentinho, 2017) – a Internet, apesar de um mar de novas possibilidades, trouxe também muitos desafios.

Para John Pavlik são quatro as categorias em que se pode dividir o impacto da Internet no jornalismo: alteração da natureza das notícias operada pela evolução tecnológica, mudança transcendente no trabalho dos jornalistas, mudança na estrutura das redacções com vista a uma adequação às novas necessidades das empresas de comunicação social e, por fim, mudanças no relacionamento entre os jornalistas e os agentes à sua volta (a empresa para a qual trabalham, organizações com as quais interagem, colegas de profissão, o público e as fontes) (Pavlik *apud* Gomes, 2015, p. 191). Mark Deuze sublinha as alterações ao trabalho dos jornalistas dizendo que estes passaram a estar pressionados para melhorar e diversificar o seu trabalho, o que culmina

numa sobrecarga para o tempo disponível. Além disso, Deuze sublinha a adaptação a novos processos de produção, uma tarefa dificultada pela queda das receitas publicitárias e o acesso a informação gratuita na Internet (Deuze *apud* Gomes, 2015, pp. 229 – 230). Começando pela pesquisa de informação, a entrada na rede alterou os procedimentos dos jornalistas (Bastos *apud* Gomes, 2015, p. 181), nomeadamente no que à profundidade e ao contacto com as fontes diz respeito (Pavlik *apud* Gomes, 2015, p. 191), permitindo a entrada de novos actores no processo de produção e difusão da informação (Fidalgo, 2008, p. 169). As fontes passaram a dispor de meios que lhes permitem contactar directamente com o público, sem a mediação dos jornalistas, e o público a capacidade de difundir, ele próprio, informação (Fidalgo, 2008, p. 169). Como explica Rui Miguel Gomes, a Internet e as ferramentas digitais tornaram-se um “ponto de chegada” para as peças jornalísticas ao invés de um “ponto de partida” ou complemento das formas tradicionais de recolha de informação (como através do contacto com as fontes no terreno) (Gomes, 2015, p. 9), numa “exploração perversa” dessas ferramentas (Gomes, 2015, p. 12) que conduz ao sedentarismo dos jornalistas. Em causa estão os custos associados a uma deslocação, quando os jornalistas podem obter a informação básica na redacção, através da Internet ou do contacto com assessores de imprensa e fontes oficiais (Gomes, 2015, p. 12). Além disso, as empresas de comunicação social têm vindo a operar uma “redução indiscriminada” dos custos fixos da produção jornalística (Gomes, 2015, p. 11). Rui Miguel Gomes questiona-se, então, se a qualidade do jornalismo é afectada por esta nova realidade, particularmente na relação com as fontes, “centro nevrálgico da reportagem” (Gomes, 2015, p. 94) e – consequentemente – na fidedignidade, rigor e profundidade das notícias (Gomes, 2015, p. 12). O lucro é, então, um dos factores que condicionam a realização de reportagens aprofundadas. No caso dos inquiridos, metade disse, como vimos, que sai raramente ou mesmo nunca da redacção quando tem que fazer uma reportagem. Além disso, três dos jornalistas referiram ainda o efeito das restrições orçamentais na disponibilidade de recursos humanos, mencionando que “as redacções têm cada vez menos jornalistas”, e que se verifica um “esvaziamento das redacções” e “uma escassez de recursos humanos” que afecta o destaque dado a este género jornalístico.

A Internet alterou também a velocidade da informação. Divulgada em larga escala nos anos 90, a utilização da Internet massificou-se rapidamente (Fidalgo, 2008, p. 166), modificando enormemente os fluxos informativos, com a disponibilização – e demanda – de informação constante. Como explica Fidalgo, a periodicidade associada ao jornalismo foi “subvertida”, trazendo riscos para a actividade (Fidalgo, 2008, p. 167). Aos jornalistas passou a ser exigido o domínio de um cada vez maior leque de instrumentos de pesquisa, tratamento e edição de informação e de novas linguagens (Fidalgo, 2008, p. 170). O aceleração da produção noticiosa coloca sobre os jornalistas a pressão do tempo e prejudica, em consequência, o cumprimento dos procedimentos jornalísticos, como a pesquisa, o *fact checking* e o recurso a fontes variadas e independentes (Rottwilm, 2014, p. 14). No âmbito da pesquisa e das fontes, ao disponibilizar, como já mencionámos, nos sítios oficiais de instituições e empresas, informação e, frequentemente, comunicados à Imprensa, a rede tem contribuído para a eficiência da pesquisa dos jornalistas, mas também para a preponderância das fontes oficiais (uma preponderância que, contudo, não foi possível verificar no JN pelas razões já mencionadas). Estas entidades – que usam a rede para divulgar posições oficiais – ficam, assim, mais protegidas do escrutínio mediático, ao não ser confrontadas com as perguntas que os jornalistas poderão realmente querer fazer (Gomes, 2015, p. 194). A confirmação da veracidade dos factos – muitas vezes relegada para segundo plano face à necessidade de publicar rapidamente e antecipar-se aos media concorrentes (Fidalgo, 2008, p. 171) – coloca em causa a credibilidade do jornalista e do meio de comunicação social para o qual trabalha (Gunter & Silvia *apud* Gomes, 2015, p. 185). Este aceleração dos ciclos noticiosos, que na hipótese apresentámos como factor de redução do destaque da reportagem, é, assim, indissociável da entrada na rede. Mark Deuze considera preocupantes os resultados de estudos que demonstram o aceleração do processo de reportagem “fazendo com que os jornalistas passem mais tempo à secretaria do que na rua” (Deuze, 2006, p. 18). Este crescente sedentarismo nas redacções de imprensa é um factor importante na menor produção de reportagens (Gomes, 2015, p. 8).

Os inquiridos referiram a falta de tempo como um dos mais importantes factores



para o que hoje se passa com a reportagem: “há menos tempo para fazer jornalismo”, “falta tempo para pensar”, “os meios disponibilizados, designadamente em termos de tempo, são cada vez menos”, “falta tempo para realizá-la”, disseram os jornalistas, que também reiteraram os resultados das questões sobre o tempo, em que a maioria tinha afirmado não dispor de tempo suficiente e de ter hoje menos tempo do que no início da sua carreira. A convergência (de meios), enquanto tentativa de reagrupar audiências, é também um conceito-chave (Gomes, 2015, p. 209) e que não foi esquecido por um dos jornalistas, que atribuiu as alterações no destaque dado à reportagem na Imprensa à “necessidade de a potenciar nas diferentes plataformas”. Ao exigir que os jornalistas produzam conteúdos para vários meios, impõe-lhes limitações, como na sua presença do terreno ou a possibilidade de iniciar novas investigações (Gomes, 2015, p. 211) e dita que os textos e peças sejam breves e a criatividade posta de lado (Lopes, 2015, p. 25).

Além disso, a Internet tem uma audiência diferente: “O *online*”, disse um dos jornalistas, “consome pouca reportagem e valoriza mais o artigo curto, surpreendente, com muitas imagens ou infografias. Tudo isso se produz na secretária em  $\frac{1}{10}$  do tempo da reportagem”. Um público que consome informação de fácil e rápida assimilação não está, à partida, aberto a formatos longos e profundos como a reportagem. A perspectiva pessimista de Rui Miguel Gomes parece, assim, confirmar-se. O autor fala-nos da “queda” da reportagem, associada a uma menor profundidade das peças jornalísticas e dos “contratempos” colocados, cada vez mais, à investigação por muitos meios de comunicação social em consequência da facilidade de acesso a informação, da demanda de imediatismo na produção e consumo noticiosos e das restrições financeiras que afectam as redacções (Gomes, 2015, p. 8). É o que sucede no JN: fazem-se reportagens (muitas) mas sem a profundidade e exaustividade características deste género jornalístico. Trata-se de um cenário compatível com a cada vez menor disponibilidade do público para conteúdos extensos e aprofundados (Gomes, 2015, p. 224), como a reportagem. Na Imprensa escrita portuguesa, a reportagem vem sendo relegada para as publicações de fim-de-semana, preenchendo a falta de notícias diárias (Cardoso, 2012, p. 70): não é, portanto, motivo de admiração que quase todas as reportagens em análise com mais de dez parágrafos tenham sido publicadas ao fim-de-semana ou feriados.

É evidente que os hábitos de consumo de informação dos portugueses se alteraram por acção da entrada na rede. Assim, apesar de os media tradicionais – com destaque para a televisão – continuarem a ser os principais meios de informação do público português, o primeiro estudo da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) sobre consumos de informação e plataformas digitais concluiu que o digital, sobretudo através das redes sociais, operou um “efeito disruptivo” neste âmbito (ERC, 2015, p. 8). Segundo o relatório publicado em 2015, em média mais de três em cada cinco dos inquiridos recorrem aos media sociais para consumo noticioso. Sendo a televisão ainda o primeiro meio de informação para o público português, as redes sociais ocupam já o segundo lugar, ultrapassando os jornais impressos (ERC, 2015, p. 8). Tem também crescido o recurso aos sites noticiosos e às aplicações de jornais, com mais de metade (54%) do inquiridos a utilizar estes meios (ERC, 2015, p. 8). Os jornalistas por nós inquiridos reflectem uma preocupação com esta realidade e associam-na à actual situação da reportagem: um dos jornalistas refere que o papel deste género jornalístico é “cada vez mais importante, com o adento das redes sociais” e outro justifica essa importância com o papel de transmissão de “realidades além das veiculadas pelas redes sociais, que se limitam a ir ao encontro das preferências e tendências das pessoas”.

Associada à utilização dos referidos meios está também a questão da gratuidade, que é central nesta discussão e faz a ponte entre os dois factores em análise: a Internet e os novos modelos de negócio. A Internet possibilitou o acesso gratuito a informação que antes era paga. Ao disponibilizar tão abundante informação e de forma gratuita, a Internet constituiu um factor importante para os problemas económicos das publicações, contribuindo para a queda das vendas de edições em papel (Gomes, 2015, p. 11). A fragmentação propiciada pela grande quantidade de meios de comunicação social no mercado propicia a queda das receitas da publicidade (Gomes, 2015, p. 11). Apesar de os meios de comunicação social terem vindo a impor limites ao acesso a conteúdos informativos nos seus *sites*, tal não se tem mostrado suficiente. A Imprensa teve, então, que encontrar soluções, novos modelos de negócio. Não tem sido uma tarefa fácil e os actuais modelos revelam-se desadequados (Gomes, 2015, p. 221).

Não quer isto dizer que a Internet tenha trazido apenas prejuízos à actividade jornalística. A Internet possibilitou uma mais fácil, rápida e eficaz transmissão de informação, reuniu em si as capacidades de todos os meios de comunicação (hipertextualidade) e trouxe novas, como é o caso da interactividade (Pavlik *apud* Gomes, 2015, p. 180).

Nesta nota, passamos ao segundo factor, as restrições orçamentais, que não deixa, como explicámos, de estar relacionado com o primeiro. Trata-se de uma questão amplamente discutida e actual – como dissemos no início deste trabalho, foi alvo de discussão no último Congresso dos Jornalistas Portugueses. Muitos são também os investigadores que se têm debruçado sobre o tema e as consequências para a qualidade do jornalismo produzido em Portugal. Para Fernando Correia, por exemplo, são os factores económicos que estão no centro das mudanças operadas no jornalismo. O investigador é uma voz particularmente crítica no que a esta questão diz respeito, alertando para a “imparável onda mercantilista” que afecta as empresas de comunicação social portuguesas (Correia, 2006, p. 10). No que diz respeito à reportagem, Rui Miguel Gomes tem explorado este tema, como de resto ficou bem expresso na revisão da literatura que fizemos inicialmente. O autor, que está convicto da queda do valor atribuído à reportagem, aponta o dedo aos interesses económicos associados à realidade actual de cortes nos recursos humanos e financeiros das empresas de comunicação social. A reportagem vai, assim, dando lugar a “estratégias amorfas” de informação (Gomes, 2015, pp. 226 – 227). Se a Internet pressiona os jornalistas pela necessidade de rapidez e as administrações pela rentabilidade e pela necessidade de “não afrontar os accionistas ou financiadores” da empresa em que trabalham (Lopes, 2015, p. 5), são as questões económicas que estão no centro dos constrangimentos na actividade jornalística, são elas “as principais censuras” (Lopes, 2015, pp. 6 – 7), como as apelida Felisbela Lopes. Os constrangimentos financeiros traduzem-se essencialmente na redução dos meios e das equipas e, consequentemente, na limitação da actividade jornalística (Lopes, 2015, p. 7).

“Faltam repórteres na rua”, diz-nos um dos jornalistas inquiridos. O sedentarismo é fruto, entre outros factores, das restrições que acima referimos. Cruzando esta

informação com a experiência vivida durante o estágio (embora se trate apenas de impressões pessoais), a impressão geral foi de que nunca havia tempo e de que, na secção Nacional, raramente se saía em reportagem e que muitas entrevistas eram feitas por telefone. Já explorámos os dados referentes às saídas da redacção para realização de reportagens: metade admite que nunca ou raramente sai da redacção para realizar reportagens. A uniformização dos conteúdos jornalísticos tem nesta lógica economicista um factor importante. Cada vez mais os jornalistas trabalham a partir da redacção, evitando os custos inerentes às deslocações ao terreno, pelo que as agências de comunicação assumem um papel preponderante na rotina de produção. Opera-se, assim, a referida uniformização, com os jornalistas de vários meios de comunicação a utilizar as mesmas notícias e propostas das mesmas agências (Lopes, 2015, p. 24). Mas se faltam jornalistas na rua faltam também, no geral, simplesmente jornalistas: do despedimento de mais de 1200 jornalistas entre 2009 e 2016, diz a jornalista Vânia Maia, num artigo para a revista “Jornalismo & Jornalistas” sobre jornalismo de investigação, que “debilita, na mesma medida, a democracia e a qualidade da nossa vida colectiva” (Maia, 2016, p. 7). É inegável que o jornalismo e a democracia saem perdedores de um cenário como este. O emagrecimento das redacções foi referido pelos jornalistas inquiridos no nosso pequeno estudo e é um fenómeno, como evidenciam os dados que aqui citamos, transversal à comunicação social portuguesa.

A questão da concentração da propriedade, que em Portugal se verifica de forma acentuada, traz à discussão problemas como empresas centradas na racionalização de custos e maximização dos lucros, a uniformização dos conteúdos jornalísticos, a precarização e a pressão sobre os jornalistas. A concentração empresarial resulta na convergência de diferentes suportes e tecnologias no mesmo grupo e na aproximação das empresas distribuidoras (as empresas de telecomunicação) às empresas produtoras (as empresas de comunicação social) (Fidalgo, 2008, p. 172). A crise económica afectou também as empresas de media, que tentam fazer mais com menos, racionalizando recursos e, por isso, perdendo em qualidade. Como explica Felisbela Lopes, a “cultura de fluxo (...) esmaga qualquer cultura editorial”, o que se traduz numa desvalorização dos conteúdos produzidos face à procura e multiplicação de canais de distribuição

eficientes, com vista ao alcance de um público – ou públicos – cada vez mais vasto (Lopes, 2015, p. 23). Os anunciantes adquirem, nesta lógica, um papel essencial, uma vez que são a principal fonte de rendimento das empresas de comunicação social, fazendo dos jornalistas alvo de “elegantes processos de contaminação” de interesses de *marketing* (Lopes, 2015, p. 23). Felisbela Lopes questiona-se: “Quem ousará promover uma investigação jornalística que compromete uma empresa que se assume como principal financiadora de um órgão de comunicação?” (Lopes, 2015, p. 24). Para além das pressões de anunciantes, há as pressões do sector político a que os grupos de media estão muitas vezes ligados. Paquete de Oliveira concluiu, em estudos realizados para o Sindicato dos Jornalistas, que 90% dos jornalistas admite ter sofrido pressões internas (Cardoso, 2012, p. 70). Fátima Lopes Cardoso associa estas pressões à perda de importância da reportagem. Em contexto de crise, a mão-de-obra barata é especialmente procurada e as empresas de comunicação social não são excepção. Os estagiários mal pagos – e, por vezes, sem qualquer remuneração – surgem assim como uma alternativa para a redução de custos, mas esta condição precária, confirmada por estudos sociológicos (Cardoso, 2012, p. 69), retira-lhes capacidade de resistência a pressões de fontes ou das próprias chefias (Lopes, 2015, p. 26). O cenário traçado por Felisbela Lopes remete para um panorama mediático com grupos de media em fusão, redacções com jornalistas cada vez mais jovens e precários e falta de recursos que dita que muitas reportagens fiquem por fazer (Lopes, 2015, p. 45).

Para terminar é importante não esquecer que todos – todos os 16 jornalistas que responderam ao questionário – disseram que gostariam de fazer mais neste campo, que gostariam de fazer mais reportagens. Cruzando esta vontade transversal aos 16 jornalistas com o que a maioria disse sobre os problemas que enfrentam e que já referimos – esvaziamento das redacções, falta de tempo, etc. – não é difícil perceber que não fazem mais reportagens porque não lhes são dadas as condições para tal e não porque não queiram dedicar-se à reportagem e à investigação. É isto que transmitem – contrariamente ao que José Vegar defende como adopção de uma cultura profissional que não valoriza o jornalismo como uma “arte, que tem história, estilos, períodos, rupturas e mestres”, vendo-o, pelo contrário, como “trabalho que tem de ser executado”

(Vegar, 2001, p. 11).

## Conclusões

Neste relatório de estágio procurámos perceber qual o lugar da reportagem no Jornal de Notícias. Começámos por descrever o estágio, as suas rotinas e o trabalho desenvolvido, procurando utilizar as reflexões sobre a experiência desses quatro meses no estudo de caso que faz parte deste trabalho. Nesse estudo traçámos um panorama geral do que nos diz a literatura sobre a reportagem enquanto género jornalístico e o lugar que deve ocupar no jornalismo, fizemos uma análise quantitativa das reportagens publicadas pelo JN em Dezembro de 2017 e questionámos os seus jornalistas sobre o assunto.

A análise e discussão dos resultados deste estudo aponta para a confirmação da hipótese colocada inicialmente: as restrições orçamentais e a aceleração dos ciclos noticiosos têm vindo a contribuir para uma significativa perda de espaço da reportagem no Jornal de Notícias. Os resultados, cruzados com a bibliografia e as impressões recolhidas durante o estágio, traçaram um panorama que deve suscitar preocupação em jornalistas e cidadãos. Nada de novo: investigadores e jornalistas tem vindo, há muito, a alertar para os constrangimentos que estes dois factores impõem à actividade jornalística em geral, e à reportagem em particular. O caso da reportagem é, talvez, preponderante, pelas características de um género que colmata lacunas do género preponderante nos media portugueses – a notícia. Essa notícia que, nas palavras de José Vegar, “informa deficientemente” (Vegar, 2001, p. 11), levando o público a procurar mais do que aquilo que ela pode oferecer, ávido, como nos diz Fernando Dacosta, de interpretação, numa época de excesso de informação (Dacosta *apud* Cardoso, 2012, p. 68). E é aqui que o JN parece falhar. Repetimos aqui uma das conclusões da nossa análise: não se publicam poucas reportagens no JN, mas esquece-se frequentemente essa dimensão informativa que, como vimos, é cada vez mais necessária num panorama mediático com as características que já descrevemos. É certo que os jornalistas do JN, apesar de admitirem que o fazem menos, ainda praticam o “jornalismo em pé” de Boucher (Boucher, 1993, pp. 17 – 18), mas parece-nos também evidente que o fazem com muitas restrições e que não exploram como poderiam as suas muitas

possibilidades.

Colocar os jornalistas “ao serviço da edição seguinte” e não de uma “agenda pessoal” (Vegar, 2001, p. 11) é condenar a reportagem, género que, como vimos, exige tempo, investimento, criatividade, afastando-se do modelo formatado (*Ibid*) que parece existir na maioria das reportagens que analisámos. Se não vejamos: Felisbela Lopes recolheu para a obra “Jornalista: profissão ameaçada”, uma reflexão sobre os constrangimentos que se impõem actualmente à actividade jornalística, testemunhos de jornalistas de diferentes meios e empresas de comunicação social. Dos cem jornalistas que entrevistou, destacam-se as referências à superficialidade dos trabalhos, à perda de qualidade, ao condicionamento da actividade jornalística pela concentração das empresas de comunicação social, à pressão de grupos económicos através da publicidade, à dependência dos anunciantes, ao peso das agências de comunicação, os problemas económicos que afectam muitas empresas de media e as impedem de investir em investigação jornalística e em formatos como a reportagem, cuja perda de primazia é também referida, e ainda à “ditadura do clique” (Lopes, 2015). Como pode um género jornalístico com as características que temos mencionado repetidamente ao longo deste trabalho sobreviver num panorama como o descrito por Felisbela Lopes e os jornalistas que entrevistou, de informação formatada em que o rápido e o lucrativo são as palavras de ordem? É certo que o JN ainda publica muitas reportagens, mas, como temos vindo a demonstrar, o rumo que um dos jornais mais importantes a nível nacional tem tomado é o da desvalorização deste género jornalístico.



## Referências bibliográficas

- 4.º Congresso dos Jornalistas: Resolução final. (2017). *Jornalismo & Jornalistas*, (64), p. 8. Retrieved from <http://www.clubedejornalistas.pt/?p=13776>
- Bahia, B. J. (2015). *Dicionário de jornalismo Juarez Bahia: século XX*. Retrieved from [https://books.google.pt/books?id=6aSuCgAAQBAJ&pg=PT64&lpg=PT64&dq=chamadas+de+primeira+p%C3%A1gina&source=bl&ots=\\_Mpwt2uf5T&sig=xCvL2dFbsF0tLALxrAClmh7na50&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwi56cnpndraAhXEw6YKHdi9Cpc4ChDoATAJegQIABBD#v=onepage&q&f=true](https://books.google.pt/books?id=6aSuCgAAQBAJ&pg=PT64&lpg=PT64&dq=chamadas+de+primeira+p%C3%A1gina&source=bl&ots=_Mpwt2uf5T&sig=xCvL2dFbsF0tLALxrAClmh7na50&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwi56cnpndraAhXEw6YKHdi9Cpc4ChDoATAJegQIABBD#v=onepage&q&f=true)
- Boucher, J. (1993). *A Reportagem Escrita*. Mem Martins: Editorial Inquérito
- Cardoso, F. (2012). *Jornalistas-Escritores: a necessidade da palavra*. Coimbra: Edições Minerva-Coimbra
- Castanheira, J. P. (1998). Prefácio. In J. Vegar (Ed.), *Serviço de Reportagem: uma antologia de jornalismo português de imprensa 1986 – 1996* (pp. 7 – 11). Lisboa: Editorial Notícias
- Cintas Guillén, M. I. (2001). *Un Liberal ante la Revolución: Cuatro reportajes de Manuel Chaves Nogales*. Sevilla: Universidad de Sevilla
- Correia, F. (2006). *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*. Lisboa: Editorial Caminho
- Crespo, M. (2017). *Jornalistas sentem-se condicionados no exercício da sua profissão*. Retrieved from <https://pt.ejo.ch/investigacao/jornalistas-sentem-condicionados-no-exercicio-da-profissao>
- Cunha, A. (2014). *Um Repórter Inconveniente: bastidores do jornalismo de investigação*. Lisboa: Chiado Editora
- Dentinho, P. (2017, Jan. 13). Ainda precisamos de jornalistas?. *RTP*. Retrieved from [https://www.rtp.pt/noticias/opiniao/paulo-dentinho/ainda-precisamos-de-jornalistast\\_975825](https://www.rtp.pt/noticias/opiniao/paulo-dentinho/ainda-precisamos-de-jornalistast_975825)

- Deuze, M. (2006). O Jornalismo e os Novos Meios de Comunicação Social. *Comunicação e Sociedade*, 9 (10), 15 – 37. Retrieved from <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1152/1095>
- Edo, C. (2009). *Periodismo Informativo e Interpretativo: el impacto de Internet en la noticia, las fuentes e los géneros*. Sevilha: Comunicación Social
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2015). *Públicos e Consumos de Média: o consumo de notícias e as plataformas digitais em Portugal e em mais dez países*. Retrieved from <http://www.erc.pt/download/YToyOntzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM4OiJtZWRpYS9lc3R1ZG9zL29iamVjdG9fb2ZmbGluZS82OS4xLnBkZiI7czo2OiJ0aXR1bG8iO3M6MzU6ImVzdHVkby1wdWJsaWNvcy1lLWNvbnN1bW9zLWRLW1lZGhIjtz9/estudo-publicos-e-consumos-de-media>
- Fidalgo, J. (2008). *O Jornalista em Construção*. Porto: Porto Editora
- Fontcuberta, M. (2002). *A Notícia*. Lisboa: Notícias Editorial
- García Márquez, G. (1996, Out. 20). El Mejor Oficio del Mundo. *El País*. Retrieved from [https://elpais.com/diario/1996/10/20/sociedad/845762406\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1996/10/20/sociedad/845762406_850215.html)
- Godinho, J. (2009). *As Origens da Reportagem: imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte
- Gomes, R. M. (2015). *O Fim da Reportagem: o jornalismo à distância de um clique*. Lisboa: Alêtheia
- Gradim, A. (2000). *Manual de Jornalismo* [PDF]. Retrieved from [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110826-gradim\\_anabela\\_manual\\_jornalismo.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110826-gradim_anabela_manual_jornalismo.pdf)
- Lopes, F. (2015). *Jornalista: profissão ameaçada*. Lisboa: Alêtheia Editores
- Lopes, F. (2017, Dez. 15). O Poder do Jornalismo. *Jornal de Notícias*. p. 40
- Maia, V. (2016). Jornalismo de investigação: Licença para revelar. *Jornalismo & Jornalistas*, (62), pp. 6 – 18. Retrieved from <http://www.clubedejornalistas.pt/?p=12464>
- Martin Vivaldi, G. (s/d). *Géneros Periodísticos: reportaje, crónica, artículo*. Madrid: Editorial Paraninfo

Martínez Albertos, J. L. (1974). *Redacción Periodística: los estilos y los géneros en la prensa escrita*. Barcelona: A.T.E.

Mello, J. G. (2003). *Dicionário Multimídia: Jornalismo, Publicidade e Informática*. Retrieved from [https://books.google.pt/books?id=I\\_CgjVieBHoC&pg=PA160&lpg=PA160&dq=orelhas+cabe%C3%A7alho+jornal&source=bl&ots=orV2zFk3jI&sig=T1J7YbqPKsfUjLjGMBZs87emXtA&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjnvdqz74LbAhVMtRQKHwyRCjAQ6AEIQjAJ#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=I_CgjVieBHoC&pg=PA160&lpg=PA160&dq=orelhas+cabe%C3%A7alho+jornal&source=bl&ots=orV2zFk3jI&sig=T1J7YbqPKsfUjLjGMBZs87emXtA&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjnvdqz74LbAhVMtRQKHwyRCjAQ6AEIQjAJ#v=onepage&q&f=false)

Rabaça, C. A., Barbosa, G. (1987). *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Editora Ática

Reynaga, J. (1994). *Periodismo Interpretativo: el reportaje*. México: Trillas

Rottwilm, P. (2014). *The Future of Journalistic Work: Its Changing Nature and Implications*. [PDF]. Retrieved from <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/research/files/The%20Future%20of%20Journalistic%20Work%20-%20Its%20Changing%20Nature%20and%20Implications.pdf>

Santos, H. (2008). As Opções de Primeira Página de Dois Diários de Referência em Dois Momentos Cruciais da Vida Política. In M. Pinto, & S. Marinho (Eds.), *Os Media em Portugal nos Primeiros Cinco Anos do Século XXI* (pp. 99 – 108). Retrieved from [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/2355/2270](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2355/2270)

Saraiva, M. (2017). 4.º Congresso dos Jornalistas: Jornalistas sem tempo sequer para ouvir. *Jornalismo & Jornalistas*, (64), p. 9. Retrieved from <http://www.clubedejornalistas.pt/?p=13776>

Sousa, J. P. (2005). *Elementos do Jornalismo Impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas

Tomé, V. (2014). *Portugal perde 1218 jornalistas em 7 anos*. Retrieved from <http://pt.ejo.ch/jornalismo/portugal-perde-1218-jornalistas-em-7->

anos?utm\_source=hoje.li&utm\_medium=referral&utm\_campaign=email

Vegar, J. (2001). Prefácio. In J. Vegar (Ed.), *Reportagem: uma antologia* (pp. 7 – 12).  
Lisboa: Assírio & Alvim

## **Apêndices**

**Tabela de análise quantitativa: Reportagens publicadas pelo JN em Dezembro de 2017**

Data/ Dia da semana	Tipo (segundo classificação de Martínez Albertos)	Secção	Temática	Tamanho (parágrafos)	Destaque		Iconografia		Entrevista		Fontes (origem)	Execução no local	Execução por enviado especial
					Presença na capa	Colocação no jornal	Existência iconográfica	Tipo de iconografia	Com entrevista	Número de testemunhos citados			
1 Dez. 2017/ Sexta- feira	De citações	Primeiro Plano	Desporto	10	Segundo tema com foto	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (6)	Sim	2	Não oficiais (2)	Sim	Não
1 Dez. 2017/ Sexta- feira	De citações	Etc.	Social/La zer	6	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (6)	Sim	1	Não oficiais (3)	Sim	Não
2 Dez. 2017/ Sábado	De aconteci mento	Nacional	Sociedad e	5	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (1)	Sim	4	Não oficiais (4)	Sim	Não
2 Dez. 2017/ Sábado	De aconteci mento	Porto	Sociedad e	9	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (4)	Sim	3	Oficiais (2) Não oficiais (3)	Sim	Não
2 Dez.	De	Norte Sul	Sociedad	7	Sem	Páginas	Sim	Fotografi	Sim	5	Não	Sim	Não

2017/ Sábado	acontecimento		e		chamada de capa	centrais		a (2)			oficiais (5)		
3 Dez. 2017/ Domingo	De acontecimento	Porto	Sociedade	7	Chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (9)	Sim	9	Oficiais (2) Não oficiais (7)	Sim	Não
3 Dez. 2017/ Domingo	De acontecimento	Porto	Sociedade e Ciência	5	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (1)	Sim	2	Não oficiais (2)	Sim	Não
3 Dez. 2017/ Domingo	De acontecimento	Norte Sul	Sociedade	9	Segundo tema com foto	Páginas interiores	Sim	Fotografia (6)	Sim	8	Não oficiais (8)	Sim	Não
4 Dez. 2017/ Segunda- feira	De citações	Primeiro Plano	Sociedade	4	Segundo tema com foto	Primeiras cinco páginas	Sim	Fotografia (1)	Sim	3	Oficiais (1) Não oficiais (2)	Sim	Não
4 Dez. 2017/ Segunda- feira	De citações	Nacional	Sociedade	6	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (1)	Sim	2	Não oficiais (2)	Sim	Não
5 Dez. 2017/ Terça- feira	De acontecimento	Porto	Economi a e Sociedade	7	Sem chamada de capa	Páginas centrais	Sim	Fotografia (2) Infografia (1)	Sim	1	Oficiais (1) Não oficiais (1)	Sim	Não
6 Dez. 2017/ Quarta- feira	De acontecimento	Etc.	Ciência	8	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (5)	Sim	2	Não oficiais (3)	Sim	Não
7 Dez.	De	Porto	Sociedade	14	Chamada	Páginas	Sim	Fotografia	Sim	4	Não	Sim	Não

2017/ Quinta- feira	acontecimento		e		de capa	interiores		a (5) Infografia (1)			oficiais (4)		
7 Dez. 2017/ Quinta- feira	De acontecimento	Norte Sul	Desporto e Sociedade	7	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (5)	Sim	5	Não oficiais (5)	Sim	Não
8 Dez. 2017/ Sexta- feira	De acontecimento	Nacional	Sociedade	5	Chamada de cap com foto	Páginas interiores	Sim	Fotografia (1)	Sim	5	Oficiais (1) Não oficiais (4)	Sim	Não
8 Dez. 2017/ Sexta- feira	De acontecimento	Porto	Sociedade	14	Segundo tema com foto	Páginas interiores	Sim	Fotografia (8)	Sim	9	Não oficiais (9)	Sim	Não
9 Dez. 2017/ Sábado	De citações	Porto	Sociedade	6	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (1)	Sim	1	Não oficial	Sim	Não
9 Dez. 2017/ Sábado	De acontecimento	Porto	Economi a e Sociedade	8	Segundo tema com foto	Páginas interiores	Sim	Fotografia (6)	Sim	9	Oficiais (1) Não oficiais (6)	Sim	Não
9 Dez. 2017/ Sábado	De acontecimento	Mundo	Política e Sociedade	10	Chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (2)	Sim	5	Oficiais (2) Não oficiais (5)	Sim	Sim
10 Dez. 2017/ Sábado	De citações	Norte Sul	Sociedade	7	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (2)	Sim	1	Não oficiais (1)	Sim	Não
11 Dez.	De	Primeiro	Sociedade	5	Manchet	Primeiras	Sim	Fotografia	Sim	2	Não	Sim	Não



2017/ Segunda- feira	citações	Plano	e		e	cinco páginas		a (1)			oficiais (2)		
12 Dez. 2017/ Segunda- feira	De aconteci- mento	Porto	Sociedad e	10	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (5)	Sim	6	Oficiais (2) Não oficiais (4)	Sim	Não
13 Dez. 2017/ Terça- feira	De citações	Norte Sul	Social/La zer	5	Chamada	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (3)	Sim	3	Não oficiais (3)	Sim	Não
16 Dez. 2017/ Sábado	De citações	Nacional	Sociedad e	9	Segundo tema com foto	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (2) Infografi a (1)	Sim	7	Oficiais (1) Não oficiais (3)	Sim	Não
17 Dez. 2017/ Domingo	De citações	Primeiro Plano	Sociedad e	5	Manchet e	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (1)	Sim	1	Não oficiais (1)	Sim	Não
17 Dez. 2017/ Domingo	De aconteci- mento	Nacional	Sociedad e	8	Segundo tema com foto	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (4)	Sim	7	Oficiais (2) Não oficiais (5)	Sim	Não
17 Dez. 2017/ Domingo	De aconteci- mento	Porto	Sociedad e	7	Chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (5)	Sim	11	Oficiais (1) Não oficiais (10)	Sim	Não
18 Dez. 2017/ Segunda- feira	De citações	Primeiro Plano	Sociedad e, Economi a, Saúde	6	Chamada de capa	Primeiras cinco páginas	Sim	Fotografi a (1)	Sim	5	Não oficiais (5)	Sim	Não

20 Dez. 2017/ Quarta-feira	De citações	Nacional	Economia e Sociedade	3	Chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (1)	Sim	1	Não oficiais (1)	Sim	Não
20 Dez. 2017/ Quarta-feira	De citações	Norte Sul	Sociedade	6	Segundo tema com foto	Páginas interiores	Sim	Fotografia (2)	Sim	5	Não oficiais (5)	Sim	Não
21 Dez. 2017/ Quinta-feira	De citações	Primeiro Plano	Política	7	Chamada	Primeiras cinco páginas	Sim	Fotografia (2)	Sim	2	Não oficiais (2)	Sim	Sim
22 Dez. 2017/ Sexta-feira	De citações	Nacional	Sociedade	9	Segundo tema com foto	Páginas interiores	Sim	Fotografia (3)	Sim	5	Oficiais (1) Não oficiais (4)	Sim	Não
22 Dez. 2017/ Sexta-feira	De citações	Norte Sul	Sociedade	9	Chamada de capa	Páginas centrais	Sim	Fotografia (1)	Sim	1	Não oficiais (1)	Sim	Não
22 Dez. 2017/ Sexta-feira	De citações	Mundo	Política	8	Chamada com foto	Páginas interiores	Sim	Fotografia (2)	Sim	3	Não oficiais (4)	Sim	Sim
23 Dez. 2017/ Sábado	De citações	Primeiro Plano	Sociedade	10	Manchete	Primeiras cinco páginas	Sim	Fotografia (2)	Sim	3	Não oficiais (3)	Sim	Não
24 Dez. 2017/ Domingo	De citações	Primeiro Plano	Sociedade	10	Manchete	Primeiras cinco páginas	Sim	Fotografia (3)	Sim	5	Não oficiais (5)	Sim	Não

24 Dez. 2017/ Domingo	De acontecimento	Norte Sul	Economia e Sociedade	12	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (16)	Sim	18	Não oficiais (18)	Sim	Não
24 Dez. 2017/ Domingo	De citações	Etc.	Sociedade	10	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (5)	Sim	7	Não oficiais (7)	?	Não
24 Dez. 2017/ Domingo	De citações	Etc.	Ciência	7	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (2)	Sim	1	Não oficiais (1)	Sim	Não
25 Dez. 2017/ Segunda- feira	De acontecimento	Primeiro Plano	Sociedade	18	Chamada de capa	Primeiras cinco páginas	Sim	Fotografia (2)	Sim	6	Oficiais (2) Não oficiais (4)	Sim	Não
25 Dez. 2017/ Segunda- feira	De citações	Nacional	Sociedade	5	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (1)	Sim	2	Oficiais (2)	Sim	Não
25 Dez. 2017/ Segunda- feira	De citações	Nacional	Economia e Sociedade	2	Chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (1)	Sim	1	Não oficiais (1)	Sim	Não
25 Dez. 2017/ Segunda- feira	De acontecimento	Mundo	Sociedade	19	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (1)	Sim	3	Não oficiais (3)	Sim	Não
25 Dez. 2017/ Segunda- feira	De citações	Desporto	Desporto	10	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (8)	Sim	8	Não oficiais (8)	Sim	Não

26 Dez. 2017/ Terça- feira	De citações	Porto	Social/La zer	5	Sem chamada de capa	Páginas centrais	Sim	Fotografi a (4)	Sim	4	Não oficiais (4)	Sim	Não
26 Dez. 2017/ Terça- feira	De aconteci mento	Etc.	Sociedad e	7	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (4)	Sim	3	Não oficiais (3)	Sim	Não
26 Dez. 2017/Ter ça-feira	De aconteci mento	Desporto	Desporto	4	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (3) Infografi a (1)	Sim	3	Não oficiais (3)	Sim	Não
29 Dez. 2017/ Sexta- feira	De citações	Primeiro Plano	Desporto e Justiça	4	Segundo tema com foto	Primeiras cinco páginas	Sim	Fotografi a (3)	Sim	3	Não oficiais (3)	Sim	Não
29 Dez. 2017/ Sexta- feira	De citações	Nacional	Economi a e Sociedad e	1	Manchet e	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (2) Infografi a (1)	Sim	1	Não oficiais (1)	Sim	Não
30 Dez. 2017/ Sábado	De citações	Porto	Sociedad e	7	Sem chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (2)	Sim	3	Não oficiais (3)	Sim	Não
30 Dez. 2017/ Sábado	De citações	Norte Sul	Sociedad e	3	Sem chamada de capa	Páginas centrais	Sim	Fotografi a (6)	Sim	11	Não oficiais (11)	Sim	Não
31 Dez. 2017/ Domingo	De citações	Nacional	Sociedad e e Economi a	3	Chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografi a (3)	Sim	3	Não oficiais (3)	Sim	Não

31 Dez. 2017/ Domingo	De acontecimento	Porto	Sociedade	8	Chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (6)	Sim	7	Não oficiais (7)	Sim	Não
31 Dez. 2017/ Domingo	De seguimento	Norte Sul	Sociedade	12	Chamada de capa com foto	Páginas interiores	Sim	Fotografia (7)	Sim	8	Oficiais (1) Não oficiais (7)	Sim	Não
31 Dez. 2017/ Domingo	De citações	Mundo	Sociedade	18	Chamada de capa	Páginas interiores	Sim	Fotografia (4)	Sim	2	Não oficiais (2)	Sim	Não

## **Inquérito por questionário aos jornalistas do JN**

1) Com que frequência produz reportagens?

Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes	Frequentemente
( )	( )	( )	( )	( )

2) Em relação ao momento actual, no início da sua carreira escrevia reportagens com mais ou menos frequência?

Muito menos	Menos	A mesma	Mais	Muito mais
( )	( )	( )	( )	( )

3) Com que frequência sai da redacção para realizar uma reportagem?

Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes	Frequentemente
( )	( )	( )	( )	( )

4) Em relação ao momento actual, no início da sua carreira saía da redacção para realizar reportagens com mais ou menos frequência?

Muito menos	Menos	A mesma	Mais	Muito mais
( )	( )	( )	( )	( )

5) Com que frequência escreve reportagens sem sair da redacção?

Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre
( )	( )	( )	( )	( )

6) Na sua opinião, conta com meios (ex.: possibilidade de deslocação, acompanhamento de um repórter fotográfico, etc.) suficientes para produzir reportagens?

Sim	Não
( )	( )

7) Conta hoje com mais ou menos meios do que no início da sua carreira?

Muito menos	Menos	Os mesmos	Mais	Muito mais
( )	( )	( )	( )	( )

8) Na sua opinião, é-lhe dado tempo suficiente para produzir este tipo de trabalho?

Sim	Não
( )	( )

9) Conta hoje com mais ou menos tempo do que no início da sua carreira?

Muito menos	Menos	O mesmo	Mais	Muito mais
( )	( )	( )	( )	( )

10) Sente-se incentivado a fazer reportagem/investigação?

Nada incentivado	Pouco incentivado	Nem incentivado nem dissuadido	Relativamente incentivado	Muito incentivado
( )	( )	( )	( )	( )

11) Gostaria de fazer mais?

Sim

Não

( )

( )

12) Quando faz uma reportagem, a que tipo de fontes recorre mais frequentemente?

Oficiais

Não oficiais

( )

( )

13) No panorama geral da Imprensa escrita portuguesa, acha que a importância da reportagem tem sofrido alterações? Se sim, de que forma e por que motivo(s)?